

# MEMORIAL

MARCOS CÉSAR ALVAREZ

2013

Memorial circunstanciado para o concurso de títulos e provas tendo em vista a obtenção do título de livre-docente no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

*Life's but a walking shadow, a poor player  
That struts and frets his hour upon the stage,  
And then is heard no more; it is a tale  
Told by an idiot, full of sound and fury,  
Signifying nothing.  
Macbeth*

*Para Yuri.*

## Sumário:

<i>Introdução</i> .....	6
<i>Origem Social e Formação</i> .....	12
<i>Percurso profissional</i> .....	33
<i>Percurso intelectual</i> .....	48
<i>Considerações Finais</i> .....	60

## Introdução

*Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.*

*Michel Foucault*

Um memorial é uma espécie de escrita de si compulsória. A instituição interpela o indivíduo para que construa uma narrativa pessoal mas simultaneamente integrada aos valores coletivos que devem ser conservados e reproduzidos. Ao comentar o ritual da aula inaugural, Michel Foucault<sup>1</sup> aponta como a instituição envolve as incertezas e as inquietações, próprias do dizer, em começos solenes, nos quais ao indivíduo é garantido um círculo momentâneo de atenção e de silêncio em que tomar a palavra não aparece mais como um risco mas sim como uma situação ordenada e apaziguada. Um memorial para um concurso acadêmico pode ser pensado na mesma chave interpretativa. Diante da ameaça da proliferação indefinida dos discursos ou do silêncio, cabe ao indivíduo construir uma narrativa que garanta seu lugar de honra no devir coletivo, sem desmedida nem excesso de humildade. Descrever uma trajetória particular e coerente e, ao mesmo tempo, não discrepante dos valores da coletividade em questão, tal é o desafio do memorial.

Mas são muitos os riscos que se apresentam nesse empreendimento. Afinal, como afirma Pierre Bourdieu<sup>2</sup>, não se pode pressupor sociologicamente que a vida de um indivíduo constitua um conjunto coerente e com uma orientação clara. Pelo contrário, são inúmeros os mecanismos sociais que podem autorizar ou não, quer ainda de forma negativa ou positiva, a narrativa de uma existência pessoal. Os ritos institucionais, além de buscarem conjurar os poderes e perigos do discurso, como quer

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2ª edição. São Paulo : Loyola, 1996.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. Trad. Luiz Alberto Monjardim et alii. In: Ferreira, Marieta (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 183-91.

Foucault, buscam igualmente conjurar as discontinuidades e acasos da vida individual ou ao menos torná-los congruentes em relação aos objetivos institucionais, de tal forma que o arbitrário possa ser tomado como vocação. A “ilusão biográfica” – expressão que está no título do ensaio de Bourdieu – é produzida por meio de instituições de totalização e de unificação do eu que garantem o nome próprio, a assinatura, a identidade consigo mesmo que a ordem social demanda.

Evidentemente, faz toda a diferença o lugar que o indivíduo ocupa na instituição e também a natureza dela. Nas assim chamadas instituições totais, sua clientela é por vezes coagida a relatar a verdade que asseguraria a posição institucional dos indivíduos ali presentes. O interno pode narrar sua trajetória individual mas essa narrativa deve revelar um sujeito parcial, que justamente deve ser punido, reeducado, curado etc. Nesse caso, a escrita de si deve revelar uma falta, uma doença, um desvio, uma fraqueza, como no caso dos prisioneiros instados pelo criminólogo Alexandre Lacassagne a contar suas “*vies coupables*”<sup>3</sup>; ou no conhecido caso de Pierre Rivière que redige seu memorial, depois encontrado e discutido por Foucault e seus colaboradores, no qual busca narrar os motivos que o levaram a assassinar sua mãe, sua irmã e seu irmão<sup>4</sup>. Tais narrativas, no entanto, menos do que confirmar os preconceitos da Psiquiatria ou da Criminologia do século XIX, acabam sendo peças de resistência, em que a memória que aflora – mesmo que residualmente – narra mais os inúmeros sofrimentos de vidas tornadas infames do que as peripécias imorais e criminosas de indivíduos maliciosos. Afinal, os internos nas instituições totais não podem simplesmente devolver a imagem que a própria instituição constrói sobre eles, sob o risco de parecerem tão patéticos quanto o paciente, encontrado por Goffman, que, ao realizar com esmero as tarefas mais modestas no hospital psiquiátrico, apenas reforçava com tal perfeccionismo o acerto do diagnóstico acerca de sua doença mental<sup>5</sup>.

Tudo se passa de outra maneira caso o indivíduo faça parte dos quadros dirigentes de uma instituição ou mesmo caso esta não se caracterize como instituição total. Nessas situações, relatar e dar coerência a um percurso individual na maior parte das vezes implica em reforçar também os valores coletivos compartilhados. Selecionado pela instituição, trata-se agora de reconhecer-se nela, de reconstruir um percurso que

---

<sup>3</sup> ARTIÈRES, Philippe (ed.) *Le livre des vies coupables: autobiographies de criminels (1896-1909)*. Paris : Albin Michel, 2000.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel (coord.) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro : Graal, 1988.

<sup>5</sup> Cf. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 3ª ed. São Paulo : Perspectiva, 1990.

reafirme a legitimidade da pretensão ao posto ao qual pretende elevar-se. Na universidade, a construção do relato demandado é ainda mais complexa, pois se pede também uma postura crítica e reflexiva, cujas exigências, no campo específico das Ciências Sociais, são aguçadas pelo fato de que os próprios relatos podem ser posteriormente tomados como fontes de pesquisa.

Em realidade, talvez a maior cilada colocada por um memorial acadêmico é que seu autor possa tornar-se uma espécie de “ideólogo de sua própria vida”<sup>6</sup>, ao postular um sentido coerente da existência narrada e selecionar, mesmo que inconscientemente, os acontecimentos mais significativos e as conexões mais adequadas para tal propósito.

Tomar consciência de tais desafios, evitar construções deliberadamente artificiais de sentido e, ainda assim, elaborar uma narrativa compreensível e de acordo com os fins institucionais em jogo: a tarefa de escrita do memorial parece ganhar contornos mais ameaçadores do que os apontados inicialmente. Realizar um esforço sempre árduo de recuperação da memória e, ao mesmo tempo, levar em conta tais objeções com relação a tomar a vida ingenuamente como uma história a ser relatada – com seus supostos caminhos e encruzilhadas<sup>7</sup> – pode sobrecarregar o trabalho de escrita e levar a tantas hesitações e perplexidades que o resultado acabe se aproximando dos retratos pintados por Francis Bacon, nos quais um esboço de rosto é desenhado e redesenhado, as linhas se torcem e se contorcem, sendo o efeito final perturbador, tensionamento e desconstrução do retrato e da suposta identidade individual.

Impossível livrar-se de todas essas questões e demandas e de suas ambiguidades e contradições. Mas impossível igualmente voltar atrás e assumir a ilusão do memorial como simples relato de “fatos memoráveis”, no sentido de dignos de serem lembrados. Busco aqui uma saída que implica num caminho mais modesto. Sem desconsiderar as objeções que foram anteriormente levantadas com relação à pressuposição de que toda vida é uma história, tentarei fazer um relato que problematize coerências e continuidades. Ou seja, apenas ensaio aqui tornar não totalmente natural e evidente o relato de meu percurso individual até o presente momento.

Como “o uso do cachimbo é que entorta a boca”, busco realizar igualmente neste memorial um pequeno exercício de “imaginação sociológica”, para empregar a expressão quase banalizada de Wright Mills<sup>8</sup>. Se para Mills a imaginação sociológica

---

<sup>6</sup> Cf. Bourdieu, *ibidem*.

<sup>7</sup> Cf. Bourdieu, *ibidem*.

<sup>8</sup> MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.



consistiria na capacidade do pesquisador de articular, em suas reflexões, as múltiplas dimensões que constituem a vida social, reconstruir os fios que unem biografia e história, ação e estrutura, indivíduo e sociedade, empenho-me aqui em empregar tal abordagem ao relatar meu próprio percurso pessoal e profissional. Mesmo sem pretender realizar qualquer análise sociologicamente rigorosa – o que seria absurdo, pois teria de tomar-me plenamente como objeto –, buscarei esses pontos de contato entre o percurso individual e os percursos coletivos, de modo a fazer deste memorial algo minimamente refletido e situado. Da mesma maneira, não tenho condições – até por não ser um especialista da assim chamada Sociologia da Cultura – de desenhar plenamente meu percurso ao tomar como ponto de partida a objetivação do campo social no qual acabei inserido, como quer Bourdieu em seu exercício de auto-análise<sup>9</sup>. Mas, na trilha do sociólogo francês, posso revelar ao menos alguns elementos que ajudem a compreender como se cristalizaram minhas disposições em relação ao mundo social.

Outra discussão metodológica no campo das Ciências Sociais – mais especificamente, no que diz respeito à análise das trajetórias sociais – considera que o analista deve levar em conta tanto determinadas “posições objetivas” ocupadas ao longo de um processo biográfico quanto as “falas sobre si mesmo” produzidas pelo indivíduo em situações de entrevista. Ou seja, dar a mesma atenção tanto à “trajetória objetiva” quanto à “trajetória subjetiva” do pesquisado<sup>10</sup>. Mesmo que, novamente, sem grande rigor, retomo igualmente tal consideração neste memorial. Por um lado, sempre que possível, buscarei tratar objetivamente meu percurso, ao definir as posições que de fato ocupei em diferentes grupos sociais, na família, na escola, na universidade etc. Por outro, explicitarei os relatos a partir dos quais me reconhecia nessas posições, bem como outros relatos de pessoas de minha convivência.

Se a total objetividade será aqui impossível é porque contarei fatos de minha vida em relação dos quais terei muito pouco distanciamento. Por isso, não tentarei assumir ares de excessiva objetividade. Existem autores que parecem poder falar de sua trajetória como se a estivessem vendo do exterior, como se pudessem destacar-se do vivido e apenas observar todo o som e a fúria da vida. Insisto apenas que este não é o meu caso. Do mesmo modo, evitarei deliberadamente uma visão por demais

---

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

<sup>10</sup> Cf. DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, v.19, nº 62, abril 1998.

retrospectiva e coerente de meu percurso. Se um percurso intelectual e profissional pode ser aqui desenhado, é preciso deixar claro que ele não estava esboçado desde o início, como na ideia de um projeto sartreano, por mais que eu tenha lido logo na adolescência *As palavras*<sup>11</sup>. Se uma vocação aqui se apresenta, ela sempre foi muito mais incerta, marcada pela sorte, por encontros aleatórios, por oportunidades aproveitadas ou desperdiçadas, do que por algum tipo de projeto claramente conduzido. Para além de todas as pretensões intelectuais, trata-se aqui de uma narrativa contada de modo um tanto irrefletido, cujo significado global – se é que existe – é bastante incerto aos olhos de seu protagonista e de seus próximos.

A sequência do memorial, por sua vez, se organiza em torno de três tópicos principais: a) origem social e formação; b) percurso profissional; c) percurso intelectual. Na verdade, os três tópicos com frequência se justapõem e se entrecruzam efetivamente no texto. Ainda assim, essa divisão tem uma utilidade. Além de obedecer a uma categorização não totalmente estranha às convenções do gênero, *grosso modo* segue a mesma ordem dos documentos apresentados conjuntamente ao memorial<sup>12</sup>. Embora em termos de estrutura e mesmo de conteúdo o paralelismo não seja perfeito, espera-se que o leitor não encontre grandes dificuldades ao procurar os documentos comprobatórios das afirmações feitas ao longo deste memorial.

Cabe ressaltar, por fim, que a construção de um memorial implica igualmente num difícil esforço de rememoração e de reflexão. Tendo, em algumas oportunidades, apresentado memoriais circunstanciados para efeito de participação em concursos seletivos ou de efetivação, retomo neste texto excertos elaborados anteriormente<sup>13</sup>. Mas aqui novas situações são relatadas, acontecimentos já narrados são revisitados, momentos anteriormente esquecidos são recordados e reavaliados. Como muitos anos se passaram, não é fácil reconstituir com precisão datas e acontecimentos. O fato de ter vivido em diversas cidades e trabalhado em distintas instituições também não torna

---

<sup>11</sup> SARTRE, Jean Paul. *As Palavras*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo : DIFEL, 1978.

<sup>12</sup> Nesse sentido, os documentos, apresentados em pastas em separado, na verdade são partes complementares do presente memorial.

<sup>13</sup> Até o momento, ao longo de minha carreira, em duas ocasiões tive a oportunidade de elaborar memoriais descritivos completos: no ano de 2000, para efeito de participação em concurso público para provimento de um cargo de professor assistente junto ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP, campus de Marília, na disciplina Fundamentos da Teoria Sociológica; e no ano de 2004, para participar do concurso público para provimento de dois cargos de professor doutor junto ao Departamento de Sociologia da USP, área de Teoria Sociológica Clássica e seus Desdobramentos Contemporâneos. Em outras ocasiões – como no processo em que fui aprovado, em 2012, pela Comissão Central de Avaliação Docente da USP para promoção de nível na carreira docente – também realizei descrições parciais de meu percurso profissional.

mais exequível o trabalho da memória. Não gratuitamente, Ireneo Funes, “*el memorioso*”, o personagem de Jorge Luis Borges<sup>14</sup> que tudo lembrava, só havia adquirido tal memória prodigiosa como resultado de um acidente que o condenara à imobilidade completa. Talvez a condição de possibilidade da recordação plena seja, assim, a total imobilidade. Mas Funes era quase incapaz de pensar, de generalizar e de abstrair. Eu, pelo contrário, além de relembrar datas e acontecimentos, penso acerca de meu percurso, com os riscos das generalizações apressadas, das simplificações exageradas e dos esquecimentos – involuntários ou não –, próprios a qualquer rememoração e reflexão.

---

<sup>14</sup> BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas I* (1923-1949). Buenos Aires : Emecé Editores, 2007.

## Origem Social e Formação

*Conto o que fui e vi no despertar do dia. Auroras.*

*Guimarães Rosa*

O ambiente social no qual nasci e vivi até o final da adolescência era, em grande parte, delimitado pelo horizonte social e mental das classes “remediadas” do interior paulista da segunda metade do século XX, para empregar a expressão nativa, recuperada por Oracy Nogueira em sua pesquisa sobre Itapetininga ainda nos anos quarenta<sup>15</sup>. Mas uma série de particularidades tornam o quadro em questão mais matizado. A começar pela própria cidade de nascimento.

Localizada na assim chamada região do Alto Tietê, em Mogi das Cruzes se entrecruzavam diversas temporalidades históricas e particularidades geográficas. Povoado colonial criado no século XVI, dividido pela Estrada de Ferro Central do Brasil no século XIX, centro siderúrgico implantado nos anos 40 do século XX, centro de atração de estudantes pelas universidades privadas nos anos 70, a cidade, sujeita a descontínuos impulsos modernizadores, apresentava feições ambíguas. Numa direção, era o ponto extremo da zona leste da cidade de São Paulo, revelando traços dos bairros periféricos da metrópole que acolhiam precariamente o proletariado produzido pela industrialização acelerada do país da segunda metade do século XX. Na direção oposta, mostrava-se como cidade do interior, relativamente pacata, ou como centro hortifrutigranjeiro mantido pelos inúmeros descendentes de japoneses que ali haviam se instalado.

Vivendo no centro da cidade, bem ao lado da estação ferroviária, nas ruas estreitas legadas pelo passado colonial mas crescentemente ocupadas por comércios e veículos, eu não vivenciava tais ambiguidades necessariamente como tensões ou conflitos mas sem dúvida com certo estranhamento. Viver em Mogi era como habitar um bairro afastado de São Paulo mas que não se configurava propriamente como periferia. Aliás, sentia-se o tempo todo a força gravitacional imposta pela metrópole, já que tudo a ela remetia, inclusive a trajetória familiar, como indicarei a seguir. E também

---

<sup>15</sup> NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo : Edusp, 1998.

tudo chegava rapidamente – para os padrões da época – , informações, padrões de consumo, estilos de vida etc. Em contrapartida, o breve período em que vivi em Botucatu, em 1972, quando a família se mudou para acompanhar minha irmã, que fora estudar na faculdade de Medicina dessa cidade, indicava claramente a típica vida do interior que eu não sentia tão presente em Mogi. Em Botucatu, era possível brincar nas ruas com outras crianças, circular por inúmeros quintais mas a compra de um simples jornal não era algo fácil, pois era preciso caminhar diversos quarteirões até a única banca que recebia as publicações da capital.

Na verdade, as viagens de trem de minha infância e adolescência entre Mogi das Cruzes e São Paulo resumiam bem essas múltiplas temporalidades citadas anteriormente. A partir do embarque na estação de trem no centro da cidade, ainda com instalações do início do século XX, eu via surgir a paisagem quase rural dos bairros de Mogi, rapidamente substituída pelas feições ao mesmo tempo desoladas e agressivas da periferia de São Paulo. Na chegada na estação do Brás, Largo da Concórdia, para além das catracas, era a multidão que se fazia ameaçadoramente presente no feio bairro operário, agora repleto de migrantes do nordeste que ocupavam o lugar dos antigos imigrantes europeus e movimentavam o já expressivo comércio popular. Eu me dirigia então com meus pais para a rua Augusta, para compras que propiciavam um certo acesso aos níveis de consumo das assim chamadas classes médias da capital ou, em anos posteriores, frequentava sozinho os sebos da Praça da Sé, à procura de revistas e de livros os mais diversos. O retorno à noite pelo trem conhecido como “Alvorada”, que não realizava paradas intermediárias nas precárias estações da Zona Leste, possibilitava aflorar uma certa melancolia, já que a vida em Mogi não deixava de parecer para mim, desde muito cedo, um certo exílio existencial. Sem dúvida, a trajetória de meus pais, que não eram nascidos na cidade, ajuda a explicar um pouco esse sentimento.

Uma série de deslocamentos e acasos havia trazido meus pais para Mogi das Cruzes. Meu pai, imigrante espanhol, nascido em 1922 em Padul, pequeno *pueblo* ao lado da cidade de Granada, aos pés da Sierra Nevada, região da Andaluzia, era filho de agricultores analfabetos mas relativamente remediados. A imigração tardia, tendo em conta as anteriores levadas de imigrantes espanhóis já estabelecidos no Brasil, foi motivada menos por motivos econômicos e mais pelo medo de que o primogênito da família, meu tio mais velho, fosse convocado a servir o exército no Marrocos espanhol, de onde anos depois o nefasto ditador iria sair para esmagar a República espanhola. Por um lado, a viagem para o Brasil livrou a família dos horrores posteriores da guerra civil

mas meu avô – segundo relatos de meu pai, pois não o conheci – sempre teve em mente o retorno para a Espanha, já que não nutria nenhuma simpatia pelo Brasil ou pelos brasileiros. Meu pai, por sua vez, herdou tal sentimento de exílio, tanto que nunca solicitou a naturalização. Tendo finalizado apenas os três primeiros anos de escolaridade básica, logo encaminhou-se para o trabalho precoce, como era comum entre os imigrantes da época, atuando como aprendiz e ajudante em trabalhos diversos, depois como operário na indústria têxtil. A atuação política na fábrica, por meio da participação no movimento operário da época, conduziu-o ao Partido Comunista e à prisão, em 1947, quando essa agremiação política foi colocada na clandestinidade. O medo da expulsão, por ser estrangeiro, levou-o a se mudar, já casado, para Mogi das Cruzes, onde meu tio mais velho tocava alguns negócios. Ao longo dos anos, sempre ouvi de meu pai as histórias de sua infância no Brás e no Cambuci, das brincadeiras na rua Ana Neri, das idas ao edifício Martinelli, do trabalho precoce experienciado sobretudo como exploração e da breve aventura política na juventude, abortada em mais um dos espasmos autoritários da vida política nacional.

O sentimento de exílio de minha mãe, era de outra ordem. Nascida, em 1924, em Sertãozinho, cidade vizinha a Ribeirão Preto, era a filha favorita de meu avô materno, artesão habilidoso que ganhava bem a vida com sua selaria, até sofrer um acidente vascular cerebral com pouco mais de trinta anos e morrer, alguns anos depois, deixando a família sem condições de subsistência. A migração para São Paulo terminou igualmente no trabalho na indústria têxtil e no encontro e casamento com meu pai. Tendo também cursado apenas os três anos iniciais de escolarização, minha mãe, após o casamento, passou a dedicar-se ao trabalho doméstico e aos cuidados das duas filhas, nascidas respectivamente em 1948 e 1950. Eu nasci muitos anos depois, em 1962, filho temporão, já que, após um longo período de depressão, um médico aconselhou minha mãe a ter uma nova criança para preencher emocionalmente, digamos assim, sua vida. Nessa condição, fui o terceiro filho da família, rodeado praticamente apenas por adultos.

Durante vinte anos, desde a chegada em Mogi das Cruzes, meu pai conseguiu progredir economicamente na atividade conjunta com meu tio mais velho, um comércio de sacos de estopa que serviam para transportar produtos agrícolas diversos. Meus pais foram rapidamente bem sucedidos ao menos em assumir os padrões de consumo e o estilo de vida das classes médias ou remediadas do período. A compra de uma casa e a posterior construção de outra no centro da cidade, o acesso aos bens de consumo que se tornavam de massa – geladeira, máquina de lavar, inclusive a televisão, que foi

adquirida no mesmo ano em que nasci –, a frequência de minhas irmãs às melhores escolas públicas da cidade, tal processo de ascensão social sofreu significativo abalo com o fechamento da sacaria, em 1968, e a posterior aposentadoria de meu pai, em 1970. Desse modo, se nos primeiros anos de minha infância as condições financeiras da família eram razoáveis, a partir do final dos anos sessenta a situação econômica familiar piorou consideravelmente, recuperando-se apenas no final dos anos setenta, já com o pleno ingresso de minhas duas irmãs no mercado de trabalho formal.

Tal agravamento da situação financeira em pleno “milagre econômico” do regime autoritário iniciado em 1964 apenas potencializava o pessimismo próprio dos imigrantes europeus como meu pai, assim como reforçava a escolarização dos filhos como única estratégia possível de mobilidade social. O esforço para garantir a escolarização dos filhos era a regra na família de meu pai. A grande maioria de meus primos, do lado paterno, cursou o ensino superior e assim conseguiu ascender profissionalmente – um deles, inclusive, tornara-se professor na faculdade de Odontologia na Universidade de São Paulo, fato que era sempre citado por meu pai com certo orgulho.

Meu pai seguiu o mesmo caminho, ao estimular a formação escolar de minhas irmãs – a mais velha, formada em Letras na Universidade de Mogi das Cruzes, depois doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo; a mais nova, formada em Medicina pela Universidade Estadual Paulista, com especialização pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – e, ao mesmo tempo, estabelecer um pacto com a médica no sentido de sustentar o irmão mais novo, posteriormente, também em sua carreira universitária.

Do lado materno da família, por sua vez, não havia essa ênfase no valor da educação, embora minha mãe também incentivasse, mas de modo mais fantasioso, a ideia de que um dia eu cursaria uma faculdade em São Paulo. Assim, apesar das dificuldades, minhas irmãs e eu, do mesmo modo que inúmeros outros filhos de imigrantes europeus e de brasileiros, pequenos produtores ou comerciantes, ao longo da segunda metade do século XX nos principais centros urbanos do país, puderam sonhar e em alguma medida realizar uma trajetória de modesta ascensão social. Os estudos na escola pública, a entrada numa universidade, igualmente pública, em outra cidade do estado ou na capital, a rápida busca de emprego e profissionalização, tal trajetória podia ser ao menos o sonho de muitos e a realização de alguns.

Sempre escutei a palavra “temporão” para definir minha posição na família mas poucas vezes refleti sobre seu significado, que talvez explique realmente algo acerca desse momento inicial de minha trajetória de vida. Se temporão indica algo que ocorre fora, antes ou depois do tempo apropriado, tal era minha situação na família, uma vez que, nascido muito depois de minhas irmãs, estava igualmente desalinhado, em termos geracionais, em relação aos primos, todos bem mais velhos, e deslocado mesmo em relação às expectativas familiares. Se, como afirma Sérgio Miceli, ao estabelecer um paralelo entre sua condição familiar e a de Pierre Bourdieu, a condição de filho único remete à “tortura de não fazer jus às expectativas” familiares<sup>16</sup>, o filho temporão pode ser cercado igualmente de algumas expectativas familiares mas já sem tanta pressão, caso os irmãos mais velhos tenham sido minimamente bem sucedidos. Esse parecia ser o meu caso, ao mesmo tempo em que um certo sentimento de abandono também se fazia presente. Se o esforço e as expectativas de ascensão social estavam voltadas para minhas irmãs, sobretudo para a que cursou Medicina, eu estava um pouco mais liberado de tais expectativas, para o bem e para o mal. Pais mais velhos, voltados para o esforço de manutenção de um casamento desgastado, não manifestavam tanta disposição para mimar o filho caçula, embora, em contrapartida, eu pudesse me beneficiar da atenção de minhas irmãs, bem como dos adultos que frequentavam a família. No que diz respeito à minha trajetória escolar, essa múltipla supervisão esteve presente. Meus pais, embora apoiassem, como visto, meus avanços escolares, não acompanhavam de perto meu desempenho, até pela pouca escolaridade de ambos. Havia também um certo sentimento de tudo-ou-nada: ganhar algum prêmio, menção ou passar em primeiro lugar em alguma prova era motivo de alegria para meu pai; um segundo lugar ou um resultado mais modesto era visto como decepção, como se o que importasse fosse a vitória imediata e não um desempenho de longo prazo. Mas minhas irmãs acabavam acompanhando mais de perto meu desempenho, ao estimular leituras e aprofundamentos nos estudos em áreas com alguma dificuldade de aprendizagem.

Enfim, sem que isso traduza nenhuma excepcionalidade, fui uma criança um tanto quanto isolada, criada entre adultos, numa família em que o rápido empobrecimento dos pais era compensado pela ascensão social dos filhos por meio da educação, inclusive superior. Por sua vez, no meu caso, o sucesso escolar apontava para a continuidade dos estudos na universidade, como retomarei a seguir.

---

<sup>16</sup> Cf. MICELI, Sérgio. Introdução: a emoção raciocinada. In: BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo : Companhia das Letras, 2005, p. 17.



A vivência da infância e da adolescência nos anos de chumbo da ditadura não pode ser subestimada, no entanto, no que diz respeito à formação de minha personalidade, sobretudo no seio de uma família, digamos assim, politizada, que percebia e discutia as injustiças próprias da sociedade brasileira e abraçava um ideário de esquerda. A percepção de uma ordem social ilegítima, em que toda autoridade estava maculada pelo conformismo ou pela adesão, cínica ou não, aos valores não democráticos, desembocava num misto de pessimismo, de revolta e de resignação que, sem dúvida, marcou minha adolescência. As distantes raízes anarquistas também encontravam um caminho para aflorar em minha conduta, no sentido de colocar em cheque qualquer forma de autoridade e de poder, de tolerar mal qualquer tradição, traços que ainda trago comigo na atualidade. O caminho intelectual posteriormente perseguido, de uma Sociologia crítica das formas de poder e de saber – para empregar o conhecido jargão –, encontra aí aspectos de suas condições de possibilidade, tanto no âmbito da vida privada quanto do contexto político da época.

Quando, no ano de 1980, comecei a fazer curso preparatório para o vestibular, minha escolha profissional ainda permanecia totalmente indefinida. Recém-saído de um curso público supostamente técnico, voltado para a área de máquinas elétricas, a mentalidade tradicional das classes médias provincianas me empurrava naturalmente para um curso na área das Ciências Exatas. Engenharia elétrica seria a opção mais óbvia. Mas poucas coisas eram óbvias naquele época da adolescência. Embora tivesse facilidade na área das Ciências Exatas, eram as matérias abstratas que me chamavam mais a atenção: Matemática ou Física. Para a Matemática, no entanto, faltava-me uma memória capaz de guardar fórmulas, apresentadas pelos professores quase sempre fora de qualquer contexto de aplicação. A Física parecia mais atraente, principalmente a projeção adolescente de tornar-me um “físico nuclear”. Sempre com meu apetite por leituras diversas, devorava livros de introdução à Física ou sobre “buracos negros” e outras maravilhas cósmicas e ainda alguma ficção científica. Mas eu tinha igualmente facilidade e gostava da área de Biológicas, ao passo que as Ciências Humanas não me chamavam a atenção como possibilidade profissional. Apenas lembro que, ainda na infância, gostava muito de ler livros de História e ficar imaginando eventos e batalhas. Num dia, já no primeiro ano do ensino médio, uma professora de História, muito competente mas igualmente severa e rigorosa, surpreendeu-se com minha facilidade de redação numa prova em que a maior parte dos alunos acabou reprovada. O elogio, apesar de ter ficado marcado em minha memória, não despertou de modo nenhum,

naquele momento e mesmo nos anos seguintes do ensino médio, qualquer sinalização para uma carreira na área das Ciências Humanas.

Na verdade, o que havia marcado minha formação até aquele momento era mesmo a leitura. Eu sempre lia muito; jornais, enciclopédias, revistas em quadrinho e alguma literatura desde a mais tenra idade. Com uma infância e adolescência bastante solitárias, como já comentado, fiquei um tanto perdido entre as gerações, com pouca chance de socialização com crianças da mesma idade. Desse modo, a leitura – além da televisão, é claro – ocupava grande parte do meu tempo. Li diversas enciclopédias, sobretudo a *Enciclopédia Abril*, editada a partir de 1971 em treze volumes, que encontrava na casa de minha irmã mais velha, já casada. Todos os assuntos me interessavam da mesma forma e também as ilustrações e fotografias, que permitiam inúmeros vôos da imaginação. Ao consultá-la para este memorial, fiquei surpreso em constatar que inúmeros intelectuais que viria a conhecer posteriormente na faculdade eram consultores dessa enciclopédia: Ruth e Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, José Américo Motta Pessanha, Bolívar Lamounier, Antônio Cândido etc. Outra coleção lida e relida era a *Mitologia*, igualmente editada pela Abril Cultural. Essa publicação eu mesmo colecionei, ao adquirir religiosamente os fascículos, depois encadernados, perfazendo um total de três volumes. Semanalmente, eu comprava um novo fascículo na banca de jornal distante dois quarteirões de casa. Em cada um desses fascículos, uma narrativa da mitologia greco-romana era apresentada, com suas tragédias e aventuras. Esse universo me marcou profundamente, até mesmo em termos visuais pois, muito antes de conhecer *in loco* os Mármore de Elgin no *British Museum*, os afrescos de Pompéia, as Bodas de Caná de Paolo Veronese ou inúmeras outras obras de arte encontradas em museus como o *Louvre*, eu já as havia visto e revisto vezes sem conta nas páginas dessa pequena coleção comprada na época no jornaleiro. A literatura, propriamente dita, chegava do mesmo modo pelas bancas de jornais. Foi por meio da coleção *Os Imortais da Literatura*, igualmente publicada nos anos setenta do século XX pela Abril Cultural e vendida em bancas, que tomei contato precocemente com os assim chamados clássicos da literatura, embora eu não fosse tão fanático leitor de livros quanto era de enciclopédias. Sem dúvida, a ausência de fotos e de ilustrações nos contos e romances em geral desestimulava a leitura na infância e apenas na adolescência intensifiquei meu contato com os escritores consagrados da literatura mundial. Os autores brasileiros, em contrapartida, não me atraíam e só comecei a lê-los na época da

preparação para o vestibular, quando descobri *Macunaíma* e *Grande Sertão Veredas*, entre outros.

A leitura de jornais – sobretudo a *Folha de São Paulo*, que li ininterruptamente a partir dos sete ou oito anos de idade até a idade adulta – era igualmente costume na casa de meus pais. Todos os assuntos podiam ser debatidos durante as refeições ou em outros momentos mas eram as discussões políticas as mais acaloradas. O passado politizado de meu pai sem dúvida direcionava o teor das discussões, invariavelmente críticas do regime autoritário implantado com o golpe de 1964. Eu participava dessas discussões como se fosse “gente grande” mas sem nenhuma concessão em termos de construção ou de defesa dos argumentos, ou seja, eu devia me comunicar como qualquer adulto. Esse treinamento precoce na arte do debate e da polêmica – ao menos no registro da oralidade –, típico do ambiente familiar em que fui criado, sem dúvida me ajudou muito no momento de ingresso na Universidade, já que discutir ideias para mim era algo que eu havia aprendido em casa. Retrospectivamente, no entanto, vejo como isso me apartava ainda mais do contexto social mais amplo em que vivia. Se na casa dos meus pais a contestação ao regime autoritário era aberta – um pouco menos entusiástica, sem dúvida, por parte de minha mãe, desinteressada da política como forma de fustigar meu pai, e também por parte de minha irmã mais velha – eu sabia que não era possível travar as mesmas discussões na escola com os professores e muito menos com as crianças de mesma idade. Ser precocemente crítico do regime fortalecia em mim um sentimento de superioridade diante dos docentes das escolas estaduais em que estudei – no geral servis ao regime ou, na melhor das hipóteses, apolíticos – e igualmente diante dos colegas, imersos na desinformação própria da infância e da adolescência no período. Se morasse em São Paulo, tal formação familiar crítica talvez tivesse me conduzido rapidamente à militância política nos movimentos sociais ou de esquerda da época. No horizonte extremamente conservador da cidade em que morava, em contrapartida, reforçava um sentimento de clandestinidade que seria “quase” criminosa se de fato o regime não criminalizasse efetivamente toda divergência política na época. Os relatos de torturas e demais atrocidades cometidas pela ditadura militar reforçavam um sentimento pessimista que sem dúvida nublava os planos para o futuro.

A televisão, como já afirmei anteriormente, chegou igualmente cedo em minha casa. Meus pais nunca tiveram a preocupação de censurar o que eu deveria assistir, assim todos os programas também me interessavam: filmes, seriados, telejornais, futebol, novelas etc. Curiosamente, a televisão não concorria com os demais meios de

comunicação, não me distanciava das leituras, por exemplo. Mas novamente um certo critério de “politização” e de crítica perpassava as escolhas, já que, desde muito cedo, filmes e programas que apareciam como puro entretenimento eram igualmente desdenhados por mim. Silvio Santos, Hebe Camargo, Chacrinha e toda uma linhagem de programas populares permaneceram fora de meu horizonte de interesse. Eram, pelo contrário, programas a serem criticados ferozmente a partir de uma chave política e mesmo anos depois, na época da faculdade, essa parcela da assim chamada indústria cultural não me chamaria a atenção mesmo como objeto de pesquisa.

A força da música popular brasileira no período também esteve presente. Embora não tivesse nenhuma aptidão para a educação musical, pude acompanhar já os famosos festivais da Televisão Record, com todos os inúmeros compositores e cantores que aí se destacaram: Edu Lobo, Geraldo Vandré, Tom Zé, Chico Buarque, Nara Leão, Elis Regina etc. Só em décadas posteriores, fui capturado pela “Vanguarda Paulista” de Arrigo Barnabé, Itamar Assunção e outros. Os meios de reprodução musical, no entanto, eram muito precários, e uma única vitrola reproduzia incontáveis vezes os poucos discos em vinil disponíveis, inclusive uma coleção de música clássica, também comprada nas bancas de jornal, que garantia o registro, digamos, erudito de minha escuta musical.

A partir do que foi narrado acima, o aspecto que ressalto é que, apesar de pertencer a uma família remediada, que logo se viu bastante empobrecida com a aposentadoria de meu pai, o ambiente em que vivi sempre foi muito rico em informações, que circulavam através de jornais, de livros, da própria televisão e das discussões políticas que envolviam todos os membros da família. A escola, por sua vez, era uma espécie de dever, que eu desempenhava com tédio mas também com muita facilidade e bom desempenho. Nunca fiz um exame, nem recuperação, nem jamais repeti de ano. Era, enfim, um bom e comportado aluno, embora essa afirmação para mim não fosse nada além de uma ofensa, quando dita pelos colegas de classe mais bagunceiros.

Mas, retornando ao ano de 1980, momento da escolha da carreira no vestibular, uma pergunta retrospectivamente se coloca: mas seria tão óbvio assim fazer uma faculdade, seguir o ensino superior? Para mim e para minha família era um caminho evidente, como pude indicar anteriormente. Embora nosso horizonte de classe – horizonte “objetivo”, se assim posso dizer – pudesse encaminhar rapidamente para um

trabalho precoce, sobretudo meu pai sempre manteve a idéia de que os filhos apenas deveriam estudar até completar o ensino superior.

Naquele momento, um reforço suplementar estava igualmente presente: minhas duas irmãs, como já mencionado, haviam finalizado o ensino superior – cursos de Letras e de Medicina – o que tornava ainda mais natural minha ida para estudar fora da cidade natal, provavelmente na Universidade de São Paulo. A socialização prévia dessa irmã que fez Medicina no ensino superior público tornava tudo ainda mais óbvio e familiar, já que ela relatava com frequência a rotina de estudos, a sociabilidade entre os estudantes, as discussões políticas etc. Pude mesmo visitar diversas “repúblicas” estudantis em Botucatu, testemunhar como era o cotidiano da vida universitária, o ócio permitido à juventude “pequeno-burguesa” que tinha acesso às oportunidades de ascensão social abertas pela universidade. Narrativas e anedotas acerca da vida universitária eram igualmente comuns em nossas conversas. Lembro que a história de Florestan Fernandes, sua trajetória de criança pobre até a cátedra na Universidade de São Paulo, era bem conhecida em nossa família e anedotas circulavam sobre seu excessivo rigor em sala de aula – embora, naquele momento, pouco me dissesse de especial o curso no qual Fernandes lecionava, o de Ciências Sociais. Nada disso aterrorizava ou angustiava, pelo contrário, apenas indicava que o ensino superior público era viável, mesmo para famílias remediadas como a nossa, que o vestibular não deixava lugar para qualquer tipo de clientelismo, que havia espaço para o “mérito pessoal”. Para mim, o exílio terminaria com a entrada nesse mundo novo que enfim iria me redimir da mesmice provinciana.

Assim, estímulos para cursar o ensino superior não faltavam, inclusive financeiramente, já que minha irmã, que fizera Medicina, estava disposta a custear meus estudos, tal como havia combinado previamente com meu pai. Faltava apenas a decisão da carreira. Um teste vocacional feito no próprio curso pré-vestibular apenas agravou as dúvidas, ao apontar para a área artística – artes cênicas, artes plásticas etc. – como principal opção, embora essa área nem me passasse pela mente na época.

Ao arriscar uma interpretação retrospectiva, avalio que, ao longo do difícil ano em que cursei o pré-vestibular – em que tantas opções deveriam ser feitas com tão pouca maturidade e, ao mesmo tempo, com tanta pressão, pois a não aprovação no vestibular comprometeria tudo o que fora planejado – o contexto político acabou sendo o aspecto decisivo. O início da abertura política trazia à discussão autores e ideias que, nos meus anos de adolescência, eram apenas debatidos em casa, de modo quase

clandestino, como já narrado aqui. Um curso na área de Ciências Humanas apareceu então como ideal – se bem que, no momento da inscrição efetiva no vestibular, hesitei até o último minuto entre as áreas de Humanas e Exatas – capaz, ao mesmo tempo, de despertar a vocação reprimida por essa área, ao longo de minha formação mais voltada às Exatas, de retomar o mundo da política, presente nas discussões familiares, e, sobretudo, escapar do horizonte tucano e medíocre das classes médias da época.

O curso de Ciências Sociais apareceu como possibilitando suprir todas essas expectativas. Hoje percebo como a escolha foi um tanto cega. O único material que havia caído nas minhas mãos a respeito era o programa de um curso de Estudos Sociais, seguido anos antes por uma amiga de minha irmã mais velha. O restante das informações eu tirava, mais uma vez, de minhas leituras. Lembro de ter comprado, após a escolha vocacional já feita, um livro da coleção *Os Pensadores* sobre Lévi-Strauss e lido o capítulo *Totemismo Hoje*. Pouco entendi, mas tive a certeza de que era daquelas discussões que gostaria de participar.

A dúvida que surgia a partir desse momento era a de como sobreviver com essa profissão. Meu pai e a irmã que iria financiar meus estudos nunca me pressionaram a esse respeito, até porque a família vivia novamente uma breve recuperação financeira. Igualmente nesse aspecto, minha posição era um tanto ambígua, sendo que essa ambiguidade marcará toda minha trajetória: por um lado, queria realizar uma vocação, fazer algo que eu realmente gostasse; por outro, sabia que minhas condições financeiras obrigavam a que eu obtivesse uma profissionalização e do modo mais rápido possível, que me possibilitasse sobreviver por conta própria.

Novamente de forma retrospectiva, considero que o fato de fazer parte de uma família cujo horizonte econômico era bastante modesto, paradoxalmente, dava-me mais liberdade de escolha da carreira. Nos anos seguintes, encontrei inúmeros colegas que – pertencentes a famílias tradicionais ou com melhores condições econômicas – não tiveram coragem de optar, como primeira opção, por graduações de menor prestígio social, como Filosofia, História ou Ciências Sociais. Muitos completaram primeiro uma graduação em cursos como Economia, Administração, Direito e Medicina para só posteriormente realizar mestrado ou doutorado em Ciências Sociais, numa difícil conversão em termos de trajetória social e econômica. Eu, pelo contrário, com baixíssimas expectativas econômicas no ingresso da faculdade, arriscava uma carreira que parecia pouco atrativa profissionalmente para a maioria. Lembro do olhar de desgosto do coordenador do curso pré-vestibular em que estudei em Mogi das Cruzes,

no momento em que viu meu resultado na primeira fase do vestibular – com uma nota que me permitiria ir para a segunda etapa dos exames no concorridíssimo curso de Medicina na USP – e constatou que eu havia indicado como primeira opção o desconhecido curso de Ciências Sociais.

Sem dúvida, havia ainda um outro aspecto, não menos importante, naquele momento: com uma boa formação geral, podendo competir em cursos mais concorridos, a escolha por um curso de menor procura eliminava, de qualquer modo, grande parte da pressão acerca do resultado do vestibular. Essa pressão voltaria, no entanto, nos anos seguintes, diante da angústia frente às condições de profissionalização na área. Mas logo voltarei a esse tema.

Enfim, entrei, sem maiores sobressaltos, no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, em 1981. Sem dúvida, foi um choque positivo, sob todos os aspectos, pois a vivência universitária ia plenamente ao encontro de minhas expectativas a respeito do ensino superior. Poder morar em São Paulo, desfrutar dos eventos culturais da metrópole – sobretudo os cinemas –, utilizar os equipamentos esportivos da cidade universitária, conviver com pessoas totalmente diferentes na USP, tudo era novo e muito excitante, tanto que os anos de graduação foram dos melhores de minha vida em termos pessoais, apesar das dificuldades econômicas e, por vezes, da solidão na grande cidade.

Acredito que pude aproveitar positivamente o que a universidade me oferecia, pois, tal como relatei anteriormente, minha trajetória familiar e individual havia propiciado o “capital cultural” necessário para que eu não vivenciasse como uma grande ruptura os novos desafios da vida acadêmica. Por um lado, eu tinha uma condição financeira que me permitia, mesmo que muito modestamente, estudar sem trabalhar, ou seja, dedicar-me exclusivamente ao curso de graduação. Por outro lado, eu tinha uma enorme motivação, pois encontrava finalmente um ambiente ao qual parecia totalmente vocacionado, ambiente rico tanto intelectual quanto socialmente.

Em contrapartida, tinha como desvantagens a falta de uma formação escolar como a dos alunos que haviam cursado as melhores escolas privadas da capital – por exemplo, em termos de conhecimento de alguma língua estrangeira, tinha apenas alguns conhecimentos de inglês, ensinado de forma rudimentar no ensino médio, e de espanhol, aprendido de forma igualmente rudimentar em casa –, já que havia feito toda minha trajetória na escola pública, que se encontrava em franca decadência nos anos finais de conclusão do ensino médio, e ter uma situação financeira familiar inferior à dos alunos

de classe média paulistana que, se não eram maioria no curso, apareciam, ao menos aos olhos dos recém-chegados do interior ou da Grande São Paulo, como os mais vocacionados aos estudos na USP.

Ainda em termos de desvantagens em relação à parte dos alunos que frequentavam a universidade, meu “capital social” – em termos de contatos, de relações, de conhecimentos e de amizades anteriores à vida universitária em São Paulo – era praticamente inexistente, uma vez que meus pais não mantinham relações estreitas com os inúmeros parentes que permaneceram em São Paulo.

Essas insuficiências, no entanto, não me detiveram na época da graduação pois eu tinha, também como já afirmado, a ilusão – típica de um filho de imigrantes europeus – que havia espaço para o mérito individual, por mais que o Brasil fosse marcado pelo clientelismo em quase todos os planos da vida social. A ideia, um tanto ingênua, vista retrospectivamente, de que a universidade era um dos poucos campos no Brasil onde o que interessava era exclusivamente o talento e o mérito individual, foi o que me motivou, ao longo desses anos de graduação e, como poderei mostrar a seguir, nessa época essa ingenuidade me favoreceu. Sempre me moveu também um certo orgulho de poder avançar na carreira apenas a partir do capital social que eu mesmo havia construído, sem apadrinhamentos familiares ou outras formas de favorecimento. A contrapartida desse orgulho foi sempre o sentimento de que eu precisaria realizar mais do que os demais para triunfar, ir além da média e do esperado para que pudesse de fato me destacar profissionalmente.

O curso de Ciências Sociais, por sua vez, beneficiava-se da abertura política nesse período. Professores compulsoriamente aposentados pelo regime autoritário voltavam a dar aulas, ao mesmo tempo em que outros jovens professores pareciam muito motivados ao trabalharem com os primeiros anos de graduação. Sempre com o risco de ser injusto com os nomes não mencionados, lembro das aulas muito estimulantes de José Carlos Bruni na disciplina de Introdução à Sociologia – primeiro professor que indicou a leitura de Michel Foucault, autor que imediatamente despertou meu interesse – e de Aracy Lopes da Silva (1949-2000) na Introdução à Antropologia, que não apenas despertou, em sala de aula, meu interesse pelas discussões da área, como também era extremamente atenciosa, ao discutir com os alunos as perspectivas individuais que se abriam com o curso. Outros professores, de diferentes formas, quer com suas aulas, quer com sua atenção aos alunos, também foram significativos nesses



anos iniciais: Irene Cardoso, Paul Singer, Aparecida Joly Gouvea, Eva Blay, Maria Célia Paoli, Elisabeth Lobo, Leôncio Martins Rodrigues, entre outros.

Mas as coisas não foram tão fáceis, nem aconteceram tão rapidamente no primeiro ano. Além da dificuldade de adaptação às disciplinas, própria dos “calouros”, permanecia a angústia diante de um curso que, apesar de muito interessante, não oferecia possibilidades efetivas de profissionalização. Tanto que, como já mencionado, grande parte dos alunos cursava Ciências Sociais como formação complementar, paralelamente a um curso mais profissionalizante, como Direito, Jornalismo, Engenharia etc. Outros buscavam no curso apenas um espaço de militância política e freqüentemente pertenciam a grupos políticos de esquerda. Paradoxalmente, embora, como afirmei anteriormente, eu tenha escolhido o curso também pelo interesse na discussão e na atividade política – duramente reprimidas nos espaços públicos durante minha infância e adolescência – muito rapidamente fiquei entediado com a militância no movimento estudantil e não tive interesse maior em participar de partidos ou agremiações políticas. Posteriormente, já no CEBRAP, cheguei a me entusiasmar com a malograda candidatura do futuro presidente Fernando Henrique Cardoso à prefeitura de São Paulo, pois estava trabalhando com a professora Ruth Cardoso. Após essa experiência, no entanto, passei a votar constantemente no Partido dos Trabalhadores mas sempre com uma postura crítica e sem nenhum interesse na militância ou na participação política mais direta.

Voltando à minha trajetória no curso, no final do primeiro ano, ainda sem perspectivas profissionais mais claras, tentei seguir o mesmo caminho daqueles que buscavam nas Ciências Sociais apenas um segundo curso complementar e prestei vestibular para Jornalismo. Mas, já distante dos conteúdos ensinados no ensino médio, pois não cheguei a fazer novamente o curso pré-vestibular, e numa carreira bastante concorrida, não obtive sucesso. Em 1983, tentaria mais uma vez um curso paralelo mas agora de Filosofia na FFLCH-USP. Desta vez, entrei sem problemas, mas cursei apenas algumas disciplinas esparsas, pois já havia finalmente me encontrado no curso de Ciências Sociais, como descreverei a seguir. Ainda assim, as aulas de professores como José Arthur Giannotti e Francis Wolff me impressionaram bastante e a Filosofia permanecerá com uma de minhas áreas de curiosidade, ao contrário de inúmeros colegas das Ciências Sociais que vêem com hostilidade os temas e as discussões filosóficas.

Na verdade, a Filosofia, como a História<sup>17</sup>, sempre foi uma de minhas áreas de interesse e acredito que teria fortalecido consideravelmente minha formação teórica – algo que considero bastante deficiente, ainda hoje, na maioria dos alunos e dos colegas das Ciências Sociais – se tivesse concluído o curso. Retrospectivamente, no entanto, constato que dificilmente seria bem sucedido na pós-graduação nessa área, dadas as características dos estudos filosóficos realizados atualmente nos cursos de pós-graduação no Brasil, voltados mais para a leitura técnica dos textos filosóficos do que para o debate de ideias e de concepções teóricas.

Desse modo, no ano de 1982, as perspectivas não eram tão boas inicialmente: eu não tinha certeza se deveria continuar no curso de Ciências Sociais mas também não havia conseguido criar qualquer alternativa em termos de outra área de interesse ou em termos profissionais. Curiosamente, foi aí que comecei a encontrar meu caminho no curso. O bom desempenho em várias disciplinas culminou com uma possibilidade de bolsa de iniciação científica. Na disciplina de Sociologia da Professora Lia Freitas Gracia Fukui, ela ofereceu aos dois alunos que haviam terminado o curso com nota máxima – e eu era um desses dois, sendo o outro Guaracy Mingardi – a possibilidade de trabalhar com ela numa bolsa de iniciação científica da FAPESP. Eu havia feito um trabalho teórico sobre um autor que me acompanha até hoje – Michel Foucault – e a professora Fukui sugeriu uma espécie de aplicação empírica das idéias de Foucault em relação ao assim chamado “problema do menor” no Brasil. Agarrei imediatamente a oportunidade.

Percebo, retrospectivamente, como esse foi o primeiro acontecimento-chave em minha profissionalização. Embora a bolsa obtida não me livrasse totalmente das angústias em relação às condições materiais de sobrevivência que o curso me reservaria para o futuro, ao menos até o fim da graduação pude estudar com mais dedicação, com condições financeiras relativamente tranquilas e com a possibilidade efetiva de realizar pesquisas na área. O contato com a pesquisa empírica – mesmo que no caso se tratasse de pesquisa em documentos – abria possibilidades de aprofundamento na área que eu não havia ainda vislumbrado, já que, até aquele momento, estivera voltado para interesses sobretudo “teóricos”.

---

<sup>17</sup> O curso de História, no entanto, nunca me pareceu atrativo pois, em termos profissionais, eu imaginava que esse curso abriria como possibilidade de atuação, em comparação com o de Ciências Sociais, apenas o ensino médio, o que não acreditava ser muito promissor.

No conjunto, meu desempenho no curso de graduação foi, deste modo, muito bom. Embora eu gostasse das três áreas principais que constituem as Ciências Sociais, acabei fazendo um conjunto maior de disciplinas na área de Sociologia, na qual desenvolvia também minha pesquisa de iniciação científica. Uma ambiguidade, porém, aí já se apresentava: na verdade, como afirmei acima, desde o início do curso minha vocação estava mais voltada para os estudos teóricos. Tanto que a disciplina que mais me realizou na graduação foi a do professor Gabriel Cohn de Teoria Sociológica, sobre Max Weber, o autor que mais me impressionou entre os clássicos da Sociologia. As perspectivas profissionais mais imediatas, no entanto, pareciam apontar apenas para a pesquisa empírica, o que efetivamente havia se confirmado com a bolsa de iniciação científica. Assim, eu poderia dizer que minha vocação inicial era teórica, sendo que o pesquisador, voltado sobretudo – mas não exclusivamente – para uma análise ao mesmo tempo sociológica e histórica, nasceu a partir dessa avaliação das necessidades de sobrevivência na área.

Mas, de qualquer modo, a bolsa de iniciação científica – num momento em que elas eram raras entre os alunos de graduação – premiava a minha ilusão do mérito e da competência como os únicos critérios possíveis a serem praticados dentro da universidade, uma vez que a bolsa havia sido obtida pelo desempenho que eu apresentara no final do curso da professora Lia Fukui. Hoje, já tão longe na carreira, é difícil expor a medida da importância desse evento para minha trajetória intelectual e mesmo pessoal.

Com a bolsa de iniciação científica, uma nova perspectiva também se abria para o futuro: a pós-graduação. Não me recordo muito bem quando a pós-graduação se colocou para mim como possibilidade. Acho que bem cedo, pois, dada minha obsessão com o futuro profissional, a carreira de professor, sobretudo a de professor universitário, logo foi identificada como um dos campos possíveis de trabalho. A carreira exclusiva de pesquisador, pelo contrário, não parecia viável já que, durante a graduação, quase não tomei contato com os centros de pesquisas existentes quer na universidade – com exceção do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, por intermédio da professora Eva Blay –, quer fora dela.

Lembro, porém, que a pós-graduação era citada pela maioria dos alunos como o lugar do clientelismo absoluto. Era necessário conhecer um professor, trabalhar em algum projeto, para assim posteriormente conseguir passar à pós-graduação. Desse modo, quando consegui a bolsa da FAPESP, meu caminho já estaria em grande medida

traçado e o fantasma do “apadrinhamento” na pós-graduação seria algo resolvido. Lembro, no entanto, que eu e outros colegas que tínhamos mais claramente uma perspectiva de continuação dos estudos após a graduação, achávamos que também a seleção da pós-graduação deveria ser feita através de provas e de análise dos projetos. Não sei avaliar quanto conseguimos influenciar algo neste sentido na época mas o ano de 1985 foi, salvo engano, o primeiro ano em que houve uma seleção com prova escrita para algumas vagas da pós-graduação em Sociologia. Isso foi possível porque certos professores disponibilizaram suas vagas para serem aproveitadas através da seleção.

Minha orientadora foi um desses professores que disponibilizou sua vaga. Concordei plenamente quando ela me comunicou esse fato: ela me orientaria, caso eu passasse na seleção. Era o que nós, alunos, reivindicávamos e aceitei o desafio de prestar a prova. Certa angústia precedeu o processo de seleção mas as coisas novamente deram certo. Passei na prova escrita, apresentei meu projeto – que continuava os estudos que havia feito sobre a emergência do “menor” como categoria social no Brasil ao longo da bolsa de iniciação científica da FAPESP – e fiquei entre os aprovados, tendo a chance de receber uma nova bolsa, agora de mestrado.

Ao continuar o mestrado na USP, não senti grandes rupturas entre a graduação e a pós-graduação. Já na graduação, iniciei os estudos do idioma francês, ao começar a suprir uma das lacunas de minha formação. Desse modo, quando da prova de proficiência do mestrado, já tinha conhecimento suficiente para ser aprovado. Obtive igualmente nota máxima em todas as disciplinas que cursei no programa de mestrado.

O fato de prolongar a investigação, já iniciada na graduação, tinha a vantagem de facilitar o desenvolvimento da pesquisa do mestrado. A médio prazo, no entanto, essa opção colocava menos desafios intelectuais, o que me desestimulou, em alguns momentos, com relação ao prosseguimento das atividades do mestrado. Por outro lado, nesse momento já experimentara outros trabalhos de pesquisa, primeiro no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP), posteriormente no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Sobretudo o trabalho no CEBRAP abriu outros campos de interesse e a possibilidade de experimentar novas técnicas de pesquisa, como a observação e a entrevista.

A qualificação foi realizada sem nenhum problema, logo após ter sido aprovado em concurso para trabalhar na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, em 1987. A mudança de residência para Londrina, as atividades como professor e, como afirmei anteriormente, um certo cansaço em relação ao tema atrasaram relativamente o término

do mestrado. Mesmo assim, dentro dos prazos regulamentares e graças, sobretudo, a um afastamento das atividades didáticas obtido na UEL durante o ano de 1989, consegui defender o mestrado no ano de 1990. O trabalho foi bem avaliado pela banca de arguição – composta, além da orientadora, pelos professores José Augusto Guilhon Albuquerque e Sérgio Adorno –, ao obter nota máxima com menção de distinção.

Como professor de uma universidade pública, a continuidade praticamente imediata da pós-graduação se colocava, ao menos do meu ponto de vista, como obrigatória. No momento de minha defesa de mestrado, no entanto, a professora Lia Fukui estava se aposentando. O professor Sérgio Adorno, que havia acompanhado com muito interesse a pesquisa do mestrado, apareceu para mim como a principal opção para dar continuidade ao doutorado na própria USP e novamente na área de Sociologia. Naquele momento, os textos e discussões de Adorno estavam problematizando novas questões no âmbito de estudos dos temas da violência, da punição e dos Direitos Humanos no Brasil e já muito me inspiravam na formulação de minhas próprias questões de reflexão e de pesquisa. Trabalhar sob sua supervisão no doutorado seria a continuidade perfeita, naquele momento, em termos de avanço na minha formação.

A seleção do doutorado em Sociologia não implicava mais numa prova mas apenas numa entrevista e na apresentação de um projeto. Ao tentar recuperar minha velha vocação teórica, apresentei um projeto voltado ao estudo dos trabalhos de Michel Foucault, autor já citado como meu favorito entre os contemporâneos. Embora aprovado também nessa seleção, a banca examinadora da seleção do doutorado – sobretudo o professor Sérgio Miceli, que conheci naquela ocasião, mas igualmente os professores Flávio Pierucci e Maria Helena Oliva Augusto – colocou dúvidas acerca do interesse e da viabilidade do projeto apresentado.

A dúvida permaneceu durante o primeiro ano do doutorado: desenvolver a pesquisa teórica ou voltar e ampliar o tema do mestrado? Acabei optando pela segunda alternativa – já que, naquele momento, as atividades de ensino na universidade ocupavam grande parte de meu tempo e eu havia me distanciado, em contrapartida, das atividades de pesquisa no CEBRAP –, ao desenvolver um projeto sobre como o pensamento da Criminologia, sobretudo a Antropologia Criminal de Lombroso, havia influenciado diversos juristas entre o final do século XIX e o início do XX no Brasil, alguns dos quais haviam contribuído bastante para a discussão e elaboração do primeiro Código de Menores do Brasil, que eu pesquisara no mestrado.

No doutorado, eu estava num momento muito diferente daquele que havia vivenciado no mestrado. Eu já era um profissional, tendo de levar paralelamente as disciplinas na pós-graduação e meu trabalho como docente em Londrina e, posteriormente, em Marília, já na UNESP. Em termos das disciplinas cursadas no doutorado, elas trouxeram de volta à discussão dois de meus autores favoritos: Max Weber e Michel Foucault, respectivamente discutidos pelos professores Flávio Pierucci e Sérgio Adorno. O seminário de discussão de projetos com os professores Sérgio Miceli e Maria Arminda do Nascimento Arruda foi igualmente uma importante etapa na construção de meu projeto. As discussões da assim chamada Sociologia da Cultura, com as quais tivera pouco contato na graduação, atraíram bastante minha atenção e permitiram reformulações decisivas no projeto em andamento. Penso que essa seria uma área que poderia ter me interessado de forma mais decisiva ainda na graduação, caso o contato com os autores e temas aí discutidos tivesse sido mais precoce. Ainda com relação ao desempenho no doutorado, obtive aproveitamento máximo nas disciplinas cursadas, apesar do desgaste de ter de viajar semanalmente de ônibus para poder assistir às aulas, agora que já não residia mais na cidade de São Paulo.

Logo no início do doutorado, meu orientador apresentou a possibilidade de realização de uma viagem ao exterior. Essa possibilidade foi abortada, entretanto, no momento em que me transferi da Universidade Estadual de Londrina para Universidade Estadual Paulista, no ano de 1991, já que, em estágio probatório na nova instituição, não poderia solicitar um afastamento de um semestre ou de um ano para desenvolver parte dos estudos do doutorado no exterior. Sem dúvida, a ausência de uma experiência de estudo e de pesquisa no exterior implicou num *deficit* em minha formação que buscarei contornar anos mais tarde com o pós-doutorado na França<sup>18</sup>.

A indecisão, que manifestara desde o início do doutorado, entre um estudo teórico ou uma pesquisa empírica, foi discutida novamente na defesa de qualificação do doutorado. A banca examinadora – composta pelas professoras Irene Cardoso e Maria Helena Oliva Augusto – criticou a falta de articulação entre uma reflexão teórica extensa, feita em torno dos trabalhos de Michel Foucault, e o estudo acerca da recepção das idéias da Criminologia no Brasil. Foi necessário um trabalho mais aprofundado, que integrasse melhor a abordagem teórica adotada e o objeto de pesquisa, o que me levou a

---

<sup>18</sup> Em 1999, realizei uma rápida visita à *University of Central Florida*, em Orlando, para realização de pesquisas bibliográficas.

pedir uma pequena prorrogação do prazo. Mas, após essas reformulações e graças à prorrogação concedida, minha tese de doutorado foi aprovada novamente com nota máxima e com a menção de distinção, em 1996, sendo a banca composta, além do orientador e da professora Maria Helena, que já havia participado da qualificação, pelos professores Peter Fry, Sérgio Luis Carrara e Maria Izabel Faleiros, colega da UNESP de Marília.

Nunca pensei, no entanto, que minha formação efetivamente estivesse finalizada com a defesa do doutorado. Tanto que realizei um esforço permanente de atualização nas áreas temáticas em que passei a trabalhar – especialmente os estudos sobre violência, punição e controle social – como também no que diz respeito à teoria sociológica. Como parte desse esforço, no ano de 2003 pude seguir o “Curso Avançado de Teoria Social”, patrocinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e realizado ao longo do mês de julho no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ. A inscrição no curso foi condicionada a uma seleção prévia, em que foram analisados os currículos e justificativas de participação, sendo que fui um dos selecionados na área de Sociologia e pude frequentar as atividades, inclusive com uma bolsa de custeio para permanecer na cidade do Rio de Janeiro durante o período de realização do curso. Esse foi mais um momento importante em minha formação, uma vez que pude reciclar meus conhecimentos no campo da teoria social, tendo aula com professores como Flávio Pierucci, Ricardo Benzaquen, Jessé de Souza, Elisa Reis, Maria Alice Rezende de Carvalho, entre outros.

Em 2008, já como professor da Universidade de São Paulo e graças ao programa CAPES-COFECUB coordenado pelas professoras Vera Telles e Angelina Peralva, pude finalmente realizar meu estágio de pós-doutoramento na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris durante seis meses. Tal estágio foi muito importante, tanto em termos de atualização bibliográfica como de experiência em outro contexto de produção intelectual.

A estadia em Paris, apesar de relativamente curta – apenas um semestre –, permitiu que eu participasse de um conjunto variado de atividades acadêmicas, além dos trabalhos específicos de pesquisa. Assim, frequentei diversos eventos acadêmicos, tais como o colóquio internacional *Culture Psychiatrique et Culture Judiciaire: relire Michel Foucault*, realizado no *Parc La Villette*, no qual assisti à apresentação de pesquisadores tais como Colin Gordon, Denis Salas e Frédéric Gros, entre outros, que

trabalham temas vizinhos aos meus interesses atuais de pesquisa; ao colóquio internacional intitulado *Le souci du droit*, no qual foram discutidos temas diversos sobre o papel do Direito na regulação dos comportamentos na contemporaneidade; à palestra sobre o pensamento de Michel Foucault e o Direito, apresentada na *Sorbonne*; ao seminário no *Collège de France* sobre Merleau-Ponty etc. De forma mais sistemática, acompanhei o seminário geral do CADIS, coordenado pelo professor Michel Wieviorka, bem como os seminários do *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* (CRBC), organizado pelo professor Afrânio Garcia. Enfim, esse foi mais um momento rico em minha permanente formação intelectual.



## Percurso profissional

*Há, não obstante, um aspecto próprio da carreira universitária que se manteve e se vem manifestando de maneira ainda mais sensível: o papel do acaso. (...) Claro está que o arbítrio não reina sozinho em tais domínios, mas apesar disso, exerce influência fora do comum. Não me consta existir, em todo o mundo, carreira em relação à qual o seu papel seja mais importante. (...)*

Max Weber

Como afirmei anteriormente, desde cedo busquei alternativas profissionais no campo das Ciências Sociais. Embora a escolha do curso tenha sido motivada sobretudo pela busca de uma verdadeira vocação, sabia que minhas condições “objetivas” não permitiam o luxo de adquirir um conhecimento sem levar em conta as condições de profissionalização na área. Após a leitura de Weber<sup>19</sup>, sempre imaginei meu percurso profissional como uma espécie de tensão entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”.

No primeiro ano de graduação, embora estivesse atento a possibilidades de trabalho que ajudassem em minha manutenção na cidade de São Paulo, bem como aliviassem meu desconforto por ainda receber dinheiro da família, nada encontrei que fosse compatível com as atividades universitárias. No segundo ano, como já afirmado, a bolsa de iniciação científica da FAPESP foi um primeiro passo nesse sentido mas, atravessado pelas permanentes dúvidas em relação ao prosseguimento da carreira acadêmica, continuei buscando novas oportunidades de trabalho. Tanto a atuação como professor quanto a atuação como pesquisador pareciam igualmente atraentes. Assim, busquei oportunidades nessas duas direções. Por exemplo, no ano de 1984, diante das incertezas da renovação da bolsa de iniciação científica da FAPESP, busquei aulas de História e de Geografia na rede pública de ensino. Consegui poucas aulas em escolas distantes da zona oeste da cidade de São Paulo, sendo que compareci apenas um dia para lecionar no período noturno e desisti, em seguida, em face das dificuldades de transporte e da precariedade do estabelecimento de ensino para o qual havia sido designado.

---

<sup>19</sup> Cf. WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo : Cultrix, s.d.

Meu caminho inicial no campo da pesquisa para além dos muros universitários foi um pouco mais promissor. Já no final da graduação, comecei a participar de pesquisas no campo da Sociologia no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), onde cheguei por indicação de uma colega para trabalhar em projeto da professora Maria Tereza Sadek, que já conhecia das aulas de Introdução à Ciência Política na FFLCH. Ali realizei pesquisa de campo, sobretudo aplicação de questionários, e também participei da tabulação dos dados levantados, o que era uma novidade para mim. A investigação discutia os temas da participação e da administração local no município de São Paulo e minhas atividades de pesquisa de campo se realizaram na zona norte da cidade de São Paulo, em bairros como Freguesia do Ó e Vila Brasilândia. Uma vez que, logo em seguida, ingressei no mestrado em Sociologia, não busquei dar continuidade a esse trabalho no IDESP.

Mas eu continuava com um pé na pesquisa e outro no ensino. Assim, no mesmo período, fui aprovado num concurso da prefeitura do município de São Paulo para dar aulas em curso de educação de adultos. Essa foi minha primeira experiência efetiva com o ensino e até hoje considero que foi muito proveitosa. O trabalho com adultos obrigava ao exercício de tornar acessível o conteúdo das aulas a pessoas com praticamente nenhuma escolaridade e essa experiência foi gratificante também em termos pessoais. Curiosamente, lembro que, nessa época, ao ingressar no curso de Educação de Adultos, encontrei por acaso uma colega de faculdade na Avenida Paulista que se espantou com o fato de ter eu abraçado tal tipo de atividade, por ela considerada sem dúvida um trabalho menor e que manifestava uma espécie de desespero em termos de estratégia profissional. Eu, ingenuamente, considerava-me absolutamente motivado pela nova experiência, sem prestar muita atenção ao *status* de tal ocupação. Talvez meu comportamento manifestasse novamente minha ligação com o *ethos* do filho de imigrante, disposto permanentemente ao esforço e à persistência mais do que à avaliação meticulosa do *status*, da remuneração e do futuro da atividade profissional em questão. Em outros momentos, como no início da carreira docente na Universidade Estadual de Londrina e depois na Universidade Estadual Paulista, *campus* de Marília, sentia, por parte de inúmeros colegas de São Paulo, o mesmo desprezo por realizar um caminho profissional relativamente modesto, ao iniciar a carreira em instituições distantes dos centros intelectuais do país, ao passo que, para mim, parecia um enorme avanço poder viver do ensino e da pesquisa em Sociologia na universidade, mesmo em instituições consideradas, de fora, periféricas. Novamente, é bem possível que a origem

social explique um pouco esse comportamento, já que eu sempre avaliava meus progressos em termos de situação social e econômica a partir de patamares materiais e simbólicos que outros mais abastados e afetados por outros símbolos considerariam bastante modestos.

No final do ano de 1985, uma nova oportunidade de trabalho com pesquisa de campo nas Ciências Sociais surgiu, agora no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), sob a coordenação da professora Ruth Cardoso e a partir de indicação de uma colega de graduação que lá já trabalhava, Margareth Izumi Watanabe. Abandonei o curso de Educação de Adultos em favor dessa nova oportunidade de pesquisa, voltada para a questão da participação política e dos movimentos sociais na cidade de São Paulo. Como a pesquisa em curso necessitava cobrir também a zona norte de São Paulo, minha experiência anterior de pesquisa no IDESP foi útil e acabei sendo designado para atuar nessa região da cidade.

Mais uma vez, tive uma ótima experiência, ao trabalhar com um conjunto bastante motivado de jovens pesquisadores e num dos centros mais importantes de pesquisa na área de Ciências Sociais no Brasil. Faziam parte da equipe de pesquisa também Esther Império Hamburger e Ana Cristina Braga Martes e, ao longo do trabalho no CEBRAP, pude assistir seminários com a participação de José Arthur Giannotti, Francisco de Oliveira e Teresa Caldeira, entre outros.

Apesar do interesse pelo trabalho no CEBRAP, as dúvidas profissionais continuavam a me inquietar, num momento conturbado do governo Sarney, em que o difícil avanço da transição democrática era acompanhado de um ambiente econômico de alta inflação que inviabilizava qualquer planejamento financeiro. As atividades científicas não estavam de modo nenhum alheias a tais turbulências e igualmente as pesquisas desenvolvidas no CEBRAP dependiam de renovações periódicas e incertas de suas verbas. Embora estivesse avançando na carreira, ao cursar o mestrado na USP e trabalhar num centro como o CEBRAP, minha inquietação em relação aos aspectos financeiros levou-me até a trabalhar, nas poucas horas vagas, como vendedor numa livraria do bairro do Bexiga em 1986.

Diante deste sentimento de insegurança profissional, o trabalho no ensino universitário começou a se definir como uma alternativa mais estável de subsistência. Assim, fiz uma primeira tentativa de ingressar no ensino universitário em 1986, ao prestar um processo seletivo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no qual obtive o segundo lugar na classificação entre dezenas de candidatos – o primeiro

colocado já tinha título de doutor – mas acabei não sendo chamado naquele momento para lecionar. Quando, posteriormente, fui contatado pela instituição, já estava trabalhando na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná.

Cheguei à UEL porque persisti na busca de oportunidades profissionais no campo do ensino universitário. Por diversas vezes, havia me chamado a atenção certos anúncios de aulas, muito bem remuneradas, nessa universidade, divulgados na seção de pós-graduação em Sociologia. Inclusive circulava a notícia de que um aluno da pós-graduação, que eu viria a conhecer apenas posteriormente já como professor da UEL, Marcelo Ridenti, ministrava aulas naquela instituição. Um outro colega – Valeriano Mendes Ferreira Costa – que permanecera durante um semestre ministrando aulas nessa mesma universidade, em 1986, disse-me que estariam novamente selecionando professores. Praticamente por impulso, fui atrás dessa oportunidade, em 1987.

Em Londrina, encontrei novamente um ambiente de trabalho bastante favorável. Muitos professores jovens – como o próprio Marcelo Ridenti, José Júlio Nunes Ferreira, Maria José de Rezende, Lourenço Chacon Jurado Filho, Hélio Rebello Cardoso Júnior, entre outros – estavam chegando na UEL naquele momento, vindos de diversas instituições, o que dinamizava bastante as atividades do curso de Ciências Sociais. Havia também um forte conflito político entre os professores de Ciências Sociais e docentes de outras áreas que também faziam parte do Departamento mas ministravam a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, espécie de bastião ideológico do regime autoritário no campo das Ciências Humanas. O Departamento, sob a liderança da professora Zelma Torres Tomazi, conseguiu fortalecer a área propriamente das Ciências Sociais a partir desse conflito, o que abria perspectivas ainda mais interessantes de atuação para os recém-contratados.

Também a cidade de Londrina pareceu-me muito atrativa, com uma ótima qualidade de vida, principalmente se comparada a São Paulo, e com diversas opções de lazer e cultura. Tudo isso foi reforçando paulatinamente o desejo de trabalhar e fixar residência nesse local. Minha relação com a cidade tornou-se duradoura desde essa época, uma vez que estabeleci inúmeras amizades e aí conheci minha esposa, aluna do curso de Ciências Sociais, que posteriormente atuaria como pequena empresária na área de turismo na própria cidade de Londrina.

Após seis meses de trabalho, tive oportunidade de fazer um concurso para entrar de fato na carreira docente naquela instituição. Fui aprovado em primeiro lugar nesse concurso, novamente com dezenas de concorrentes, e, a partir desse momento, minha

atividade profissional passou a girar exclusivamente em torno do trabalho universitário. Desde o início do ano de 1987, eu já residia em Londrina, até porque havia terminado meus créditos do mestrado na Sociologia da USP, o que me desobrigava da presença constante na FFLCH-USP.

Na UEL, além da pesquisa, que continuava desenvolvendo no mestrado e das aulas de Sociologia para diversos cursos, logo me envolvi tanto com a orientação de trabalhos de pesquisa de alunos da graduação quanto com atividades administrativas diversas. Esses dois conjuntos de atividades – orientação de alunos e atuação em atividades administrativas – passaram a caracterizar meu trabalho universitário de forma permanente, além do ensino e da pesquisa. E, como afirmei anteriormente, foi como docente da UEL – e graças a um afastamento de um ano concedido para a finalização do mestrado – que obtive meu título de mestre em Sociologia na USP.

Resumindo brevemente minhas atividades na UEL, trabalhei com um conjunto bastante diversificado de disciplinas no âmbito da graduação: Introdução à Sociologia, Sociologia Geral e Urbana, Teoria Sociológica, Sociologia Industrial e do Trabalho e Métodos e Técnicas de Pesquisa. Orientei trabalhos de conclusão de curso, bolsas de iniciação científica e de monitoria. Atuei no Colegiado dos Cursos da área de Letras e de Ciências Humanas como membro e depois como subcoordenador e assumi a suplência da chefia do Departamento de Ciências Sociais.

A UEL, entretanto, começou a passar por uma grave crise no início dos anos 90, com uma queda acentuada dos salários pagos para os docentes. Surgiu, nessa época, a oportunidade de prestar um novo concurso, agora na Universidade Estadual Paulista, *campus* de Marília. Um colega da própria UEL – Ariovaldo de Oliveira Santos –, durante uma assembleia, numa das inúmeras greves de professores da instituição, comentou *en passant* acerca da abertura das inscrições para ingresso de professor de Sociologia nessa universidade do estado de São Paulo.

Por tratar-se de uma universidade de prestígio no Estado de São Paulo e por ser uma cidade próxima de Londrina, resolvi prestar o concurso na UNESP. Na mesma época, havia me interessado do mesmo modo por uma vaga de professor de Sociologia na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, mas perdi o prazo de inscrição nesse outro concurso. Na verdade, já estudava conjuntamente para os dois exames de admissão e, devido ao acaso de não poder me inscrever em Curitiba, pude concentrar minha preparação para a UNESP. Fui novamente aprovado em primeiro lugar nesse concurso, numericamente não tão concorrido quanto os anteriores que havia prestado –

não mais do que cinco candidatos se apresentaram – e comecei efetivamente a lecionar na nova instituição a partir do final de 1991.

Na UNESP de Marília, encontrei um corpo docente mais qualificado – ao contrário da UEL, grande parte dos professores já eram doutores –, embora o tamanho reduzido do campus de Marília e a dinâmica da própria cidade fossem pessoalmente bem menos estimulantes do que as experiências que havia vivido primeiro em São Paulo, depois em Londrina. Permaneci um tempo morando em Londrina e trabalhando em Marília, ao mesmo tempo em que começava a fazer os créditos do doutorado em São Paulo. O desgaste de circular semanalmente por três cidades levou-me a optar por fixar residência em Marília.

Assim que iniciei minhas atividades na UNESP, assumi atividades de ensino, de pesquisa, de orientação e de administração, tal como havia feito em Londrina. Novamente, traços de minha origem social provavelmente explicam esse engajamento quase excessivo com as diferentes instâncias do trabalho universitário. Sempre me sentia na obrigação de atuar bem em todas as áreas, mesmo podendo desfrutar de um certo “capital simbólico” pela minha formação na USP, em contraposição a colegas de outras instituições. Mas, do mesmo modo, sempre busquei uma formação a mais ampla possível e considerava importante adquirir experiência profissional nos mais diversos âmbitos de atuação da vida acadêmica.

Logo orientei bolsas de graduação, trabalhos a serem apresentados em congressos de iniciação científica e monografias de conclusão de curso. Com relação às atividades administrativas, desempenhei inicialmente funções diversas no Conselho do Departamento de Sociologia e Antropologia e no Departamento de Filosofia, bem como participei de comissão voltada para a avaliação dos pedidos de contratação de docentes e servidores, entre outras comissões.

Em termos das disciplinas lecionadas, pude focalizar melhor minha área de atuação, ao concentrar minhas atividades didáticas no âmbito da teoria e da metodologia, exclusivamente das Ciências Sociais. Trabalhei, desse modo, com as seguintes disciplinas: Monografia de Bacharelado, Metodologia das Ciências Sociais, Técnicas de Pesquisa Qualitativas e Quantitativas e Sociologia para o curso de Filosofia. Ao entrar no exercício da dedicação exclusiva, passei a desenvolver projetos de pesquisa trienais. E, como também já havia feito na UEL, participei da organização de diversos eventos científicos e de extensão, promovidos na unidade.

Entre 1992 e 1996, realizei esse conjunto de trabalhos de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração, desenvolvendo paralelamente minhas atividades no doutorado na USP. Entretanto, com a defesa do doutorado em 1996, uma série de novas oportunidades foram abertas em termos de atuação na universidade. Entusiasmado com a possibilidade de dinamizar, juntamente com outros jovens professores, as atividades acadêmicas do curso de Ciências Sociais em Marília, candidatei-me à chefia do Departamento de Sociologia e Antropologia concorrendo com um colega mais velho, mas não obtive sucesso nesse momento.

Em contrapartida, no ano seguinte, surgiu a possibilidade de coordenar o grupo de bolsistas do Programa Especial de Treinamento (PET/CAPES) do Curso de Ciências Sociais. Esse trabalho também foi muito gratificante, pois me permitiu trabalhar com um conjunto de doze bolsistas a cada ano, que desenvolviam atividades diversas de ensino, de pesquisa e de extensão. A experiência acumulada com a orientação de trabalhos diversos na graduação em anos anteriores foi muito potencializada por essa nova experiência, que possibilitava ainda um contato cotidiano mais próximo com os alunos da graduação.

Outro trabalho, no âmbito da extensão, que desenvolvi durante vários anos na UNESP/Marília, consistiu na coordenação do programa *Tela da Tarde*, que apresentava regularmente filmes e discussões sobre cinema aos alunos da UNESP e à comunidade em geral, ao buscar desenvolver uma cultura cinematográfica mais sólida entre os participantes.

Novas oportunidade continuaram surgindo, paralelamente aos trabalhos com o grupo PET. No ano de 1998, tive oportunidade de trabalhar como presidente da Comissão de Pesquisa do campus de Marília. O trabalho na presidência desta comissão permitiu que eu atuasse efetivamente na definição de estratégias mais gerais de desenvolvimento da pesquisa na Faculdade de Marília, conjuntamente com os demais membros da comissão, de modo que adquiri uma ampla visão acerca do planejamento de políticas de pesquisas para a universidade.

Em termos de atividades de pesquisa, além do desenvolvimento dos projetos trienais, pude participar da criação de um grupo de pesquisa na UNESP, na área de Ciências Sociais, juntamente com Ethel Kosminsky, e de outro grupo interdisciplinar, formado por pesquisadores da USP, da UNESP e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Ao mesmo tempo em que avançava em minha atuação universitária, o departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP/Marília começou a enfrentar problemas com o grande número de docentes que pediam aposentadoria, devido às mudanças mais gerais que estavam ocorrendo na Previdência Social. Tal situação terminou por desarmar o conflito geracional que se instalara no Departamento e, com a aposentadoria do professor que havia assumido a chefia, candidatei-me novamente ao cargo de chefe do Departamento, em 1998, e, dessa vez, obtive sucesso. Exerci um segundo mandato nos anos de 2000-2001 e um terceiro mandato no período 2003-2004. Como representante do Departamento na Congregação da unidade nesses anos, atuei por diversas vezes como substituto na ausência do diretor ou do vice-diretor da Faculdade.

Trabalhar simultaneamente nestas três instâncias – coordenador do PET/Ciências Sociais/Marília, presidente da Comissão de Pesquisa da unidade e chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia, além de outras atividades administrativas e das atividades cotidianas de ensino, de pesquisa e de extensão – conduziu, sem dúvida, a uma sobrecarga de trabalho. De fato, o desempenho nesses diversos cargos de forma quase simultânea só foi possível porque um grupo significativo de professores e funcionários havia se organizado, tendo como ideal o fortalecimento das atividades acadêmicas no *campus*. Uma série de “afinidades eletivas” reunia tal grupo, sobretudo a defesa da autonomia acadêmica, a valorização da qualidade da produção científica e a recusa da instrumentalização político-partidária da universidade. Sob a liderança dos professores Késter Carrara, da Psicologia, e Tullo Vigevani, da Ciência Política, que sucessivamente ocuparam o cargo de diretor da faculdade, a partir do ano 2000, acredito que o campus de Marília muito avançou no âmbito do ensino e da pesquisa nos diversos cursos ali existentes.

Embora tenha me dedicado às diversas atividades acadêmicas e administrativas, anteriormente relatadas, no período em que trabalhei na UNESP, busquei ainda assim manter como atividades prioritárias o ensino e a pesquisa. Foi, sem dúvida, um período difícil, em termos de intensidade do trabalho mas permitiu que eu acumulasse grande experiência em quase todas as áreas de atuação administrativa da universidade pública. Apesar da sobrecarga de trabalho, fui bem sucedido em equilibrar as dimensões do ensino, da pesquisa e da gestão, já que minha produtividade em termos de publicações cresceu nesses anos, a despeito da realização dessas múltiplas atividades. Também a criação do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília, em 1999, do qual passei a fazer parte, impôs novas exigências em termos da qualidade do trabalho



intelectual para todos os docentes envolvidos, ao abrir ainda a possibilidade de orientação de alunos de pós-graduação, e busquei adequar minha produção intelectual a esse novo contexto interno.

Em que pese os bons resultados que alcançara na UNESP, não perdia de vista a possibilidade de mudança novamente para outra instituição. Na verdade, nunca havia abandonado a ideia de voltar a morar na cidade de São Paulo. A possibilidade de trabalhar na USP, onde havia feito toda a minha formação, foi se desenhando, no entanto, apenas ao longo dos anos de trabalho. O ingresso de um amigo próximo, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, como professor no curso de Letras da FFLCH-USP no final dos anos noventa, contribuiu, de forma imprevista, para aproximar tal horizonte.

Se o sonho de trabalhar na USP ganhava forma, no início do ano 2000 surgiu a possibilidade efetiva de concorrer a uma vaga em processo seletivo na área de Teoria Sociológica na Universidade de São Paulo. Embora o trabalho na UNESP/Marília fosse sempre muito produtivo, as pressões para que me candidatasse a vice-diretor, compondo uma chapa com o já citado professor Kester Carrara, criava um clima pessoalmente difícil de administrar, uma vez que não me imaginava construindo efetiva carreira política na universidade, para além de minha atuação administrativa local. De certa forma, a pressão das circunstâncias, mais uma vez, acabou por contribuir para a tomada de decisão. Assim, resolvi prestar o concurso na USP mas não obtive a única vaga em disputa, tendo sido classificado em quarto lugar entre onze candidatos inscritos.

Embora o resultado da seleção na USP tenha sido pessoalmente decepcionante, não abandonei totalmente a ideia de candidatar-me novamente a uma vaga na instituição. Como em outros momentos de minha trajetória, conversas fortuitas com colegas e professores ajudaram a definir minhas opções. Por exemplo, num encontro casual num *shopping center* em São Paulo, após o citado concurso, o professor Reginaldo Prandi dissera-me que era preciso prestar diversas vezes para efetivamente ter chance de ingresso na USP. A partir dessa fala, não descartei a possibilidade de futuramente vir a participar de outro concurso na Universidade de São Paulo.

Nesse mesmo ano, participei do concurso de efetivação na UNESP/Marília na disciplina *Fundamentos da Teoria Sociológica*. Tratava-se, na verdade, de concurso para confirmação no cargo de professor, uma vez que, até aquele momento na UNESP, meu contrato era pela CLT. Pude reaproveitar os pontos que havia preparado para o concurso da USP também para esse exame e fui aprovado com nota máxima.

Entre 2001 e 2004, mantive praticamente o mesmo ritmo de trabalho na UNESP, ao continuar desenvolvendo atividades simultâneas de ensino, de pesquisa e de extensão. Em termos de pesquisa, no entanto, um importante passo foi meu ingresso como pesquisador colaborador no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, instituição de referência no país no que diz respeito aos estudos sobre violência e Direitos Humanos e coordenado pelo meu ex-orientador, Sérgio Adorno, bem como por Paulo Sérgio Pinheiro e Nancy Cardia.

Graças ao convite de dois colegas do doutorado, Fernando Salla e Luis Antônio Francisco de Souza, ingressei no projeto coletivo de pesquisa: “Construção das Políticas de Segurança Pública e o Sentido da Punição (1822-2000)”, desenvolvido pelo NEV/USP com financiamento CEPID/FAPESP e iniciado em 2001. A atuação nesse projeto e a participação mais geral no conjunto das atividades desenvolvidas nesse núcleo de pesquisa foram decisivas para uma melhor focalização de minhas atividades de pesquisa e de orientação que, a partir desse momento, passaram a estar voltadas sobretudo para a área de conhecimento que engloba os estudos da violência, do crime e da punição. A parceria com o colega Fernando Salla ganhou também contornos mais duradouros, de tal forma que passamos a assinar conjuntamente diversos produtos de pesquisa na área. Também a frequência ao NEV/USP e o retorno ao convívio acadêmico no *campus* do Butantã mantiveram acesas minhas pretensões de prestar novamente um concurso na USP.

Outra atividade a ser destacada, no período, foi a indicação para atuar como Coordenador da área de Ciências Humanas da UNESP no período entre 2001-2002. Essa atividade, desenvolvida junto à Reitoria da UNESP, permitiu que eu obtivesse uma visão de conjunto do trabalho de ensino e de pesquisa na área de Humanas, desenvolvido nas diversas unidades da UNESP espalhadas pelo Estado e também me colocou em contato com o jogo político dos altos escalões da universidade. Apesar da relevância potencial do cargo, entretanto, tal experiência administrativa e de gestão acabou por enfraquecer ainda mais minhas motivações em termos de avanço na atuação política nas instâncias universitárias e por fortalecer minha vocação propriamente acadêmica. Convenci-me, nesse momento, que meu perfil sempre fora mais no plano do ensino e da pesquisa e, a partir de minha saída do cargo, em 2001, assumi que as atividades administrativas e de gestão seriam apenas periféricas em relação ao conjunto de minhas atividades universitárias.

No ano de 2004, surgiu outra oportunidade de concorrer a um cargo de professor no Departamento de Sociologia na Universidade de São Paulo. Na verdade, novamente as pressões advindas do jogo político na UNESP de Marília acabaram me empurrando para essa nova tentativa. Na abertura das discussões em torno da sucessão do diretor da Faculdade, meu nome passou a ser exaustivamente lembrado como opção pelo grupo que já apoiara a eleição de Carrara e Vigevani. Sem entusiasmo pela possibilidade de avançar na carreira política no interior da UNESP e ainda esperançoso com a possibilidade de ingressar na USP, acabei por me inscrever no novo edital. Dessa vez, fui aprovado em primeiro lugar concorrendo com mais de uma dezena de candidatos em banca composta por Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Helena Oliva Augusto, Maria Alice Rezende de Carvalho, Otávio Soares Dulci e Irllys Alencar Firmo Barreira.

O ingresso como docente na Universidade de São Paulo, em 2004, embora de certo modo coroasse uma trajetória que havia começado na mesma instituição, colocou-me novamente em situação de novato, se assim posso me expressar, num departamento reconhecido nacionalmente e com diversos professores titulares ou já há muito tempo ali trabalhando, sendo que muitos deles inclusive haviam sido meus mestres na graduação ou na pós-graduação. Do mesmo modo, como estava há tempos fora de São Paulo – e a despeito de minha atuação no NEV – já não conhecia muitos dos novos professores que atuavam na Sociologia ou em departamentos vizinhos, ao contrário do que ocorria na UNESP, sobretudo no *campus* de Marília. Num certo sentido, embora o sucesso no concurso da USP fortalecesse muito meu “capital cultural” e minha posição no campo científico da Sociologia, agora em âmbito nacional, tive de reconstruir meu “capital social” no âmbito acadêmico e refazer parte de minha trajetória profissional. Ainda assim, busquei manter o mesmo estilo que caracterizara até então minha trajetória profissional, como pude descrever até aqui, com forte inserção nos diferentes âmbitos de atuação universitária, tanto o ensino, quanto a pesquisa, a extensão e a gestão.

Desse modo, no âmbito do ensino, a partir do primeiro semestre de 2005, passei a lecionar disciplinas de graduação, quer para o curso de Ciências Sociais, quer para outros cursos da universidade. Assim, lecionei a disciplina obrigatória Sociologia I: Introdução às Ciências Sociais no primeiro semestre dos anos de 2005, 2006, 2010, 2011 e 2012, oferecida aos alunos do primeiro ano de Ciências Sociais. A experiência de voltar a lecionar matéria introdutória para alunos ingressantes do curso de Ciências Sociais foi bastante enriquecedora, pois pude recapitular minha própria formação, ao

longo dos anos, e consolidar leituras que haviam marcado meu percurso intelectual. O programa da disciplina abria-se não exclusivamente ao estudo monográfico de autores clássicos mas para a familiarização do aluno com o modo de trabalho da Sociologia contemporânea.

No segundo semestre de 2005, por sua vez, elaborei o programa e ministrei a disciplina, recém-criada pelo Departamento de Sociologia, intitulada Introdução à Sociologia para a Faculdade de Medicina e oferecida como disciplina obrigatória para os cursos de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e como disciplina optativa para o curso de Fonoaudiologia. No primeiro semestre de 2009, ministrei, juntamente com o professor Alexandre Braga, do Departamento de Sociologia, a disciplina Introdução à Sociologia para Enfermagem, outra disciplina externa tradicionalmente oferecida pelo Departamento.

Pude igualmente ministrar a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II no segundo semestre dos anos de 2006, 2007 e 2009, também obrigatória para o curso de Ciências Sociais. Do mesmo modo que Sociologia I, ministrar essa disciplina permitiu que eu retomasse minha formação no campo da pesquisa, tendo em vista que a citada disciplina buscava caracterizar o estado da arte no âmbito das técnicas de pesquisa qualitativa na pesquisa social contemporânea.

No âmbito da pós-graduação, fui credenciado, já em 2005, como professor e orientador no curso de pós-graduação em Sociologia da FFLCH-USP (mestrado e doutorado), tendo cadastrado a disciplina Poder, Punição e Controle Social: leituras em Teoria Social contemporânea, que ministrei nos anos de 2007, 2009, 2010 e 2011. Nessa disciplina, pude aglutinar leituras que já fazia há algum tempo acerca de diferentes perspectivas analíticas no campo de estudos de temas que alguns autores contemporâneos definem como sendo o da “Sociologia da Punição”. Minha atuação no NEV, em estreita colaboração com Fernando Salla – com sua vasta experiência nos estudos prisionais no país – permitiu desenvolver diversas atividades nessa área de estudos e a disciplina ajudava a sistematizar as leituras teóricas paralelas a esses trabalhos, bem como a atualizar a revisão da literatura internacional sobre o tema.

Também na pós-graduação, entre os anos de 2005 e 2008, passei a coordenar, juntamente com os professores Ricardo Musse e Fernando Pinheiro, o seminário temático sobre teoria sociológica, atividade obrigatória oferecida semestralmente aos alunos da pós-graduação em Sociologia da USP. Igualmente ofereci, nos anos de 2011 e 2012, o seminário temático, organizado conjuntamente com o colega Fernando Salla, do

NEV/USP, voltado para a discussão dos cursos de Michel Foucault realizados no *Collège de France*, respectivamente *Segurança, Território e População* e *o Nascimento da Biopolítica*.

Em suma, busquei, do mesmo modo como havia atuado em outras instituições, dedicar-me plenamente às atividades de ensino no Departamento e na pós-graduação em Sociologia da USP, tanto em disciplinas básicas da graduação – quer sejam as do próprio Curso de Ciências Sociais, quer sejam as externas, para outros cursos e unidades – quanto em optativas na graduação ou na pós. Minhas atividades didáticas na USP foram interrompidas apenas entre de setembro de 2008 e fevereiro de 2009, momento em que desenvolvi meu já citado estágio pós-doutoral, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques* (CADIS), *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), Paris, França.

Além das atividades de ensino no Departamento, busquei igualmente manter uma forte atuação no âmbito das atividades de orientação na graduação e na pós-graduação, ao recrutar alunos para trabalhar quer em meus projetos individuais, quer em projetos que passei a desenvolver no NEV. Como relatei anteriormente, desde meu trabalho na UEL, realizei esse tipo de investimento na formação de alunos nas atividades de pesquisa, uma vez que minha própria profissionalização na área fora impulsionada por uma bolsa de iniciação científica obtida junto à FAPESP. Do mesmo modo, também na USP passei a orientar diversos bolsistas de iniciação científica, de treinamento técnico, de mestrado e de doutorado, financiados por agências como FAPESP, CNPq, CAPES e Fundação Ford. Desse trabalho de formação, resultou o crescimento recente do número de orientações no âmbito da pós-graduação, o que indica meu pleno envolvimento também com o programa de pós-graduação em Sociologia da USP. No período 2006-2012, finalizei três orientações de mestrado e três de doutorado. As orientações em andamento incluem, por sua vez, sete alunos do doutorado, três do mestrado, além das orientações na graduação.

Também busquei na USP realizar um conjunto diversificado de atividades de extensão, como participação em bancas examinadoras de graduação, de mestrado e de doutorado, apresentação de trabalhos, palestras e comunicações em eventos e congressos etc. Por outro lado, minha participação no NEV/USP permitiu que eu desenvolvesse igualmente atividades de extensão que caracterizam o trabalho desse núcleo de pesquisa, como entrevistas para jornais, realização de cursos para operadores

do sistema da justiça criminal e da segurança pública, realização de seminários para diversos públicos etc.

Com relação às atividades administrativas e de gestão universitária, assumi inicialmente, como representante do Departamento de Sociologia, funções nas comissões de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária da FFLCH-USP. Em 2005, passei a atuar também junto ao conselho de graduação do Departamento Sociologia. A partir de agosto de 2006, por meio de convite da professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, na época na chefia do Departamento, assumi a coordenação da graduação pelo Departamento de Sociologia e também da Comissão Interdepartamental de Licenciatura, sendo que o término de meu mandato nessas atividades ocorreu em agosto de 2008.

No retorno do pós-doutorado, assumi, por sua vez, a vice-coordenação do programa de pós-graduação em Sociologia, bem como a representação na Comissão de Pós-Graduação da FFLCH-USP, até março de 2011.

É preciso mencionar que o ingresso na USP me permitiu uma maior circulação em eventos, nacionais e internacionais, bem como em redes mais extensas de pesquisadores. Passei a atuar de forma mais intensiva, por exemplo, junto ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, instituição na qual trabalhei também como consultor de pesquisa no período de 2009 a 2010. A atuação como parecerista para diversas agências de fomento foi do mesmo modo ampliada, com a elaboração mais frequente de avaliações para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas, entre outros. Do mesmo modo, ampliei minha atuação como parecerista em revistas diversas: Tempo Social (USP), Plural (USP), Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), Revista de Sociologia e Política (UFPR), entre outros periódicos.

Da mesma forma, intensificou-se minha atuação nos eventos da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), nos quais coordenei, nos anos de 2011 e 2012, juntamente com o Carlos Henrique Aguiar Serra, da Universidade Federal Fluminense, o grupo de trabalho intitulado “Violência, criminalidade e punição no Brasil”. Ainda no âmbito da ANPOCS, resalto minha participação no corpo editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais, outro periódico de excelência no âmbito das Ciências Sociais, no período de 2009-2010, e na diretoria eleita para o biênio 2013-2014 como diretor de publicações da entidade.

Em suma, minha trajetória profissional consolidou-se a partir do ingresso na universidade pública, com intenso trabalho nos campos do ensino – sobretudo em cursos de Ciências Sociais e na pós-graduação em Sociologia –; da pesquisa – com concentração de meus trabalhos na área que engloba os temas da violência, do crime, da punição e do controle social –; da gestão – com experiência em praticamente em todos os níveis da burocracia universitária –; e na extensão – sobretudo a partir do ingresso como pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência.

## Percurso intelectual

*(...) Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; (...)*

*Michel Foucault*

Charles Tilly, ao buscar caracterizar sua própria trajetória de pesquisa, indica algumas escolhas fundamentais que se apresentam para qualquer pesquisador no âmbito do estudo sistemático das ações humanas. Um primeiro conjunto de escolhas definem o eixo **presente versus passado**. Embora a dimensão temporal esteja presente em qualquer atividade humana observada, alguns analistas podem se concentrar nas questões humanas do presente, ao passo que outros podem dirigir seu olhar para eventos e pessoas de tempos mais remotos. Se, ao estudar o presente, o pesquisador pode observar e mesmo intervir na realidade que está investigando, aquele que se dirige ao passado pode perceber que “(...) o presente opera dentro dos limites legados pelo passado, que alguns processos levam um longo tempo para se definir, demandando portanto análises de longo prazo (...)”<sup>20</sup>. Outra bifurcação que desafia os pesquisadores sociais, ainda segundo Tilly, apresenta-se na opção **poder versus vulnerabilidade**. A questão que desse modo se coloca implica no dilema do analista dirigir sua atenção para pessoas, grupos ou instituições que exercem o poder ou para aqueles que sofrem as consequências diretas do exercício do poder.

Como considera o mesmo autor, da mesma forma que outras escolhas, tais decisões teórico-metodológicas implicam em vantagens mas também em custos. Por exemplo, tendo em vista sua própria trajetória pessoal no campo da assim chamada Sociologia Histórica, Tilly afirma que tal caminho lhe permitiu um aprendizado cumulativo e uma perspectiva comparada em relação aos temas do poder e da mudança, por ele estudados de modo mais sistemático. Em contrapartida, o custo consistiu em certa marginalidade diante dos debates contemporâneos, considerados mais urgentes pela comunidade de cientistas sociais e pela própria sociedade.

---

<sup>20</sup> Cf. idem, p. 300.



Retomo aqui essas considerações de Tilly não para me filiar ao seu modo de trabalho e de investigação mas apenas para buscar demarcar, a partir do diagrama didático que ele constroi, meu próprio percurso de pesquisa e as escolhas teórico-metodológicas mais constantes que desenharam, até o presente momento, o meu perfil intelectual. Ao indicar as decisões que realizei com mais frequência diante da encruzilhada ilustrada por Tilly, torna-se mais simples a tarefa de caracterizar meu percurso de reflexão e de investigação.

Assim, num primeiro momento, ao buscar me situar no eixo de escolhas que contrapõem presente *versus* passado, posso dizer que escolhi por diversas vezes o caminho de desenvolver questões da Sociologia a partir de um escopo temporal mais amplo, ou seja, mais próximo das investigações históricas. Por exemplo, já em meu primeiro trabalho mais significativo, a dissertação de mestrado defendida na Sociologia da USP<sup>21</sup>, a escolha consistiu fundamentalmente em abordar determinadas questões debatidas na época – o problema das crianças e jovens expostas ao abandono e à violência, bem como as políticas voltadas para esse segmento da população – tomando, em relação a essas discussões, uma perspectiva temporal mais ampla. Se os debates que culminaram na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (1990) buscaram criticar as iniciativas jurídicas e institucionais que, até aquele momento, sobretudo estigmatizavam as crianças e jovens pobres, minha reflexão se voltou justamente para a análise da construção jurídica e institucional da categoria “menor” e em defender o argumento de que tal construção equacionava o problema da pobreza e do abandono conjuntamente ao problema da criminalidade precoce, de tal modo que o “menor” passou a ser entendido como a criança ou jovem que, devido à situação de pobreza e de abandono, estava condenado ou ao trabalho precoce ou à criminalidade, igualmente precoce. Tal construção em torno dessa “categoria social” já havia sido identificada, entre outros, por Lia Fukui, minha orientadora, em pesquisa sobre exclusão escolar<sup>22</sup>, sendo que, desde a iniciação científica, a particularidade de meu trabalho consistiu em aprofundar a dimensão histórica dessa construção.

---

<sup>21</sup> Cf. ALVAREZ, Marcos César. *A Emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1989.

<sup>22</sup> FUKUI, Lia et al. Escolarização e sociedade: um estudo dos excluídos da escola. *Educação e sociedade*. São Paulo, CEDES/Cortez, ano IV, n.11, p.72-91, 1982.

Aqui cabe uma ressalva em relação à condição de marginalidade, citada por Tilly, a que estariam condenados os pesquisadores que se aventuram numa análise histórica dos fenômenos sociais. Acredito que, se o tema a ser estudado permanece como um problema no interior de uma sociedade, as reflexões do pesquisador, mesmo no âmbito histórico, acabam não perdendo sua capacidade de problematizar o tempo presente, de dialogar com a atualidade. Por exemplo, no caso brasileiro, as dificuldades de implantação do ECA, a permanência de todo um imaginário social ligado aos “menores”, a persistência de um viés punitivo em relação aos adolescentes em conflito com a lei, mesmo a despeito de todas as modificações legais e institucionais em curso, fizeram com que minha investigação, sobre a emergência do primeiro Código de Menores do país, de 1927, se desdobrasse também em estudos voltados ao tempo presente, como o projeto sobre as mudanças na Fundação CASA no Estado de São Paulo<sup>23</sup>. Nesse aspecto, meu estilo de atuação buscou inspiração mais próxima na concepção de “diagnóstico do presente” proposto por Michel Foucault do que nas correntes da assim chamada Sociologia Histórica. A investigação a partir de um escopo temporal mais amplo busca, a partir dessa outra inspiração, não o conhecimento histórico por si mesmo, mas “diagnosticar as forças que constituem nossa atualidade e que ainda a movimentam”<sup>24</sup>. Nesse sentido, quase sempre paralelamente às investigações que adotavam a perspectiva histórica como parte da análise sociológica, busquei igualmente temáticas da atualidade, como voltarei a detalhar logo a seguir. Vale lembrar que o próprio Tilly admite que os dilemas por ele indicados não implicam necessariamente em escolhas de tipo “sim ou não”.

Ainda na direção dos trabalhos voltados ao passado, minha investigação do doutorado, por sua vez, também seguiu o mesmo caminho, ao ser derivada da abordagem e dos resultados obtidos no mestrado. A pista, já citada, acerca da construção histórica da categoria “menor” no Brasil, aprofundada em meu trabalho de mestrado, havia sido ressaltada e discutida igualmente por Mariza Corrêa, ao apontar para a afinidade entre práticas médicas e jurídicas na manutenção da ordem social no

---

<sup>23</sup> Trata-se do projeto ainda em curso, sob minha coordenação, intitulado “Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do Complexo do Tatuapé (São Paulo/SP, 1990-2006)”, que será posteriormente descrito. Mas também em relação a outros projetos de pesquisa que desenvolvo ou de meus orientandos – como, por exemplo, o doutorado de Daniella Coulouris, acerca de processos de estupro, ou o mestrado de Fernanda Matsuda, sobre a questão da periculosidade, entre outros –, a perspectiva histórica permite com frequência enriquecer a abordagem de questões atuais ou mesmo formular novos problemas de pesquisa, como será retomado a seguir.

<sup>24</sup> ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, Frédéric; ARTIÈRES, Philippe et al. *Foucault: a coragem da verdade*. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo : Parábola Editorial, 2004, p.16.

Brasil, especialmente durante a década de trinta do século XX, no processo que levou à transformação de “crianças em menores”<sup>25</sup>. Se minha investigação consistiu sobretudo em mostrar que a origem de tal processo de “menorização” da infância poderia ser encontrada já no final do século XIX, tendo sua cristalização legal ocorrido posteriormente com o Código de Menores de 1927, surpreendeu-me o alcance das discussões, propostas e reformas legais e institucionais empreendidas, desde o final do século XIX, pelos adeptos da Antropologia Criminal, da Criminologia e da Medicina Legal no país, o que levou ao desdobramento de minha pesquisa no doutorado<sup>26</sup>. Na verdade, era também o interesse por um lado menos aprofundado do pensamento social no Brasil que se configurava a partir daquele momento.

Antonio Cândido, ao discutir a formação da Sociologia no Brasil, já havia apontado para a importância do Direito e das doutrinas evolucionistas e científicas como formas de interpretação da sociedade, praticadas por intelectuais não especializados, no período de 1880-1930<sup>27</sup>. Posteriormente, novamente a pesquisa de Corrêa, sobre a escola Nina Rodrigues e sua importância para o desenvolvimento tanto da Medicina Legal como da Antropologia no Brasil, bem como o trabalho de Sérgio Adorno, que viria a ser meu orientador do doutorado, sobre a formação cultural e profissional dos bacharéis em São Paulo<sup>28</sup>, a pesquisa de Lilia Schwarcz<sup>29</sup>, acerca do discurso racial em diversas instituições científicas e educacionais no Brasil, entre 1870 e 1930, a pesquisa de Leopoldo Antunes<sup>30</sup>, que retrabalhava de maneira ampla e detalhada a importância da Medicina Legal para o pensamento social brasileiro, entre diversos trabalhos, indicavam as potencialidades desse filão de pesquisa. Meu doutorado aprofundou essas discussões no âmbito da recepção das idéias da Antropologia

---

<sup>25</sup> Cf. CORREA, M. Antropologia e medicina legal: variações em torno de um mito. In : VOGT, Carlos et alii. *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciência naturais*. São Paulo : Brasiliense, 1982, p.53-63; \_\_\_\_\_. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.

<sup>26</sup> Cf. ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo : IBCCRIM, 2003, 267 p.

<sup>27</sup> CANDIDO, Antonio (2006) A Sociologia no Brasil [1956]. *Tempo Social*, vol. 18, nº1, junho, pp. 271-301.

<sup>28</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

<sup>29</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993) *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

<sup>30</sup> ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo : UNESP, 1999.

Criminal, da Criminologia e da assim chamada Nova Escola Penal no Brasil entre 1889-1930, bem como os desdobramentos em termos de propostas e reformas legais e institucionais no país, levadas a cabo pelos juristas e médicos adeptos dessas idéias. Mais uma vez, a perspectiva histórica contribuía para uma melhor compreensão do presente, pois se tratava de mostrar como os autores ligados à Antropologia Criminal e à Criminologia haviam construído um discurso da desigualdade no campo da lei, ou seja, um discurso que estabelecia critérios diferenciados de cidadania no interior da nação brasileira. Tratava-se, deste modo, de encontrar as “raízes históricas” de determinadas características de nossa cultura e de nossas práticas jurídicas, características estas que autores como Kant de Lima<sup>31</sup> – no âmbito das práticas policiais e dos dispositivos processuais penais – e novamente Adorno<sup>32</sup> – no âmbito da discriminação racial na justiça criminal –, entre outros, estavam identificando como entraves à efetiva democratização das instituições no país.

Minha trajetória intelectual, no entanto, pode ser igualmente melhor compreendida a partir do outro dilema exposto por Tilly, que contrapõe as opções poder *versus* vulnerabilidade. Mesmo que a partir de escolhas locais e contingentes – mas que não deixaram de esboçar certo estilo de investigação pessoal – minhas opções mais frequentes caminharam no sentido de dar visibilidade ao lado do poder, às formas hegemônicas de saber e à caracterização dos setores das elites associados a esses dispositivos de saber-poder, para empregar novamente o jargão.

A principal pesquisa que desenvolvi no NEV/USP durante os últimos anos exemplifica bem as escolhas realizadas no entrecruzamento dos eixos presente *versus* passado e poder *versus* vulnerabilidade. O projeto intitulado *Construção das Políticas de Segurança e o Sentido da Punição, São Paulo (1822-2000)*, realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), buscou levantar fontes e produzir análises referentes ao funcionamento da justiça criminal, das instituições prisionais e de segurança e controle social, bem como dos saberes e das trajetórias intelectuais relacionadas a esses campos num período envolvendo praticamente dois séculos da história institucional do estado. A partir de tal escopo temporal, buscou-se estabelecer continuidades e descontinuidades capazes de elucidar

---

<sup>31</sup> LIMA, Roberto Kant de. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n.10, p. 65-84, junho, 1989.

<sup>32</sup> ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, p. 45-63, novembro, 1995.

as atuais práticas no campo da justiça criminal e da segurança pública que por vezes ainda desafiam a plena vigência do Estado de Direito no país. O projeto desdobrou-se num interesse permanente também pela compreensão do papel das elites locais e de suas “representações” nos vários campos de atuação que, na época, se entrecruzavam para equacionar as questões referentes ao crime e à punição em nossa sociedade.

Desse modo, essa pesquisa – desenvolvida em estreita colaboração com outros colegas, sobretudo Fernando Salla e Luis Antonio Francisco de Souza – deslocou-se sobretudo para a direção passado/poder, ainda de acordo com o esquema didático imaginado por Tilly. Muitas outras de minhas pesquisas individuais foram direcionadas para esse mesmo vetor.

Por exemplo, ao ingressar no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP em outubro de 2004, encaminhei o projeto individual de pesquisa intitulado “Uma análise da Criminologia no Brasil: médicos e juristas (1884-1940)”, que foi aprovado por parecerista designado pelo Departamento. Dando prosseguimento a estudos anteriormente realizados, o projeto buscou aprofundar a análise de como o saber criminológico se constituiu no Brasil entre o final do século XIX, quando as idéias de Lombroso e seus seguidores começam a ser assimiladas por médicos e juristas brasileiros, e 1940, quando o novo Código Penal passa a incorporar algumas das propostas da “escola positiva” ou da “nova escola penal”. Se, em trabalho anterior, como aqui já foi descrito, havia mostrado como os juristas, ao longo da Primeira República, ao incorporarem as idéias lombrosianas, acabaram por constituir o discurso criminológico no campo do Direito como um discurso da desigualdade no campo da lei, discurso esse que permitiu que fosse formulada a proposta de um tratamento jurídico-penal diferenciado para determinados setores da população – mulheres, loucos, menores – e, conseqüentemente, num plano mais geral, de estabelecer *critérios diferenciados de cidadania*, busquei, com o projeto de 2004, analisar como médicos e juristas brasileiros conformaram conjuntamente esse saber criminológico e como estabeleceram redes de cooperação e conflito a partir da discussão dessas idéias.

O aprofundamento das investigações, no entanto, apontou para a complexidade e a profundidade do tema, já que a trajetória de muitos dos intelectuais que se envolveram com o campo da Criminologia no Brasil – como os médicos Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro, entre outros – mereceria um exame específico. Neste sentido, como extensão da pesquisa anteriormente apresentada, propus, para o biênio seguinte, o estudo específico da trajetória intelectual e profissional de Leonídio Ribeiro.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, ao longo de 40 anos Ribeiro realizou uma carreira paradigmática, de acordo com os critérios da época, nos campos da Criminologia e da Medicina Legal, tendo recebido o prêmio Lombroso em 1933 e sendo ainda vice-presidente da Sociedade Internacional de Criminologia. Por meio da análise da trajetória de Ribeiro, foi possível aprofundar o estudo da forma como se deu, no Brasil, a constituição desses campos de conhecimento e de intervenção. E com tal pesquisa, obtive aprovação de bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com vigência de 01/03/2008 a 28/02/2011, depois renovada.

Assim, foi possível analisar aspectos da trajetória de Leonídio nesse campo de entrecruzamento entre o Direito e a Medicina, entre a Criminologia e a Medicina Legal, trajetória essa pensada sobretudo no sentido das posições institucionais sucessivamente ocupadas por um mesmo indivíduo num determinado campo social, conforme Bourdieu<sup>33</sup>. Nas pesquisas realizadas até aqui, a contraposição de múltiplas trajetórias e conexões de diferentes sujeitos permitiram assim melhor delinear esse campo de atuação de médicos e juristas ao longo do século XX.

Por exemplo, a partir de investigações específicas, realizadas no Museu Histórico “Carlos da Silva Lacaz”, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, foi possível encontrar documentos, como correspondências, relatórios e discursos que indicam as conexões entre Leonídio Ribeiro e o médico Psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva, figura-chave na institucionalização da Psiquiatria em São Paulo e de destacada atuação política até meados da segunda metade do século XX<sup>34</sup>. Essas investigações poderão posteriormente ser desdobradas em novos projetos de pesquisa, tendo em vista acervos documentais como os do Museu da Faculdade de Medicina da USP.

A caracterização dessas trajetórias individuais já permitia vislumbrar as redes que se estabeleciam na época em torno do campo de atuação profissional que se constituía também pelo entrecruzamento da Psiquiatria com a Criminologia e a Medicina Legal. O deslocamento imprimido à sequência da pesquisa voltou-se para as formas de associação no campo da Criminologia e da Medicina Legal, o que permitiria

---

<sup>33</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. «A ilusão biográfica». Trad. Luiz Alberto Monjardim et alii. In: Ferreira, Marieta (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 183-91.

<sup>34</sup> Cf. MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Redes científicas e saber médico: conexões internacionais na constituição da Psiquiatria em São Paulo*. Pacheco e Silva e Egas Moniz: aproximações. 2009 (Mimeo).

justamente melhor retratar as redes científicas e profissionais que se estabeleciam na época, abrindo assim novas dimensões do tema investigado. Em torno das idéias criminológicas, organizaram-se ainda diversas associações, como a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, criada em 1921, que congregava médicos e juristas, tais como Flamínio Fávero, Franco da Rocha, Alcântara Machado, além de outros intelectuais da época, e que foi importante espaço de debate das questões jurídico-penais até 1945<sup>35</sup>.

Dando prosseguimento às pesquisas já realizadas, permaneci investigando esse espaço de interlocução entre juristas, médicos e outros interessados nas questões jurídico-penais na época. Embora Ferla<sup>36</sup> (2005) já tenha investigado a presença das idéias bio-deterministas na Sociedade de Medicina Legal e Criminologia, na pesquisa em curso, a partir da qual obtive continuidade em minha bolsa de pesquisa do CNPq, busco caracterizar melhor a composição social do grupo que participava dessa associação, bem com suas trajetórias profissionais. Novas fontes analisadas são as revistas e outras publicações periódicas editadas pela Sociedade durante seu período de existência, bem como outras revistas e publicações do período.

Como foi afirmado anteriormente, apesar do deslocamento de minhas pesquisas em direção à investigação do passado, não só os temas do presente não foram abandonados como também por vezes as investigações de âmbito histórico ajudaram a pensar questões do presente. Tal imbricamento das dimensões do passado e do presente na investigação social caracterizou igualmente minha atuação junto ao Núcleo de Estudos da Violência da USP, como ilustrado anteriormente, onde fui pesquisador visitante, entre os anos de 2001-2004, e pesquisador sênior, a partir de outubro de 2004, quando de meu ingresso na Universidade de São Paulo.

Além da coordenação do projeto já citado, conjuntamente com os pesquisadores Fernando Salla e Luis Antônio Francisco de Souza, intitulado “Construção das Políticas de Segurança Pública e o Sentido da Punição” e desenvolvido pelo NEV/USP como parte do programa CEPID (Centros de Pesquisa e Difusão) com financiamento pela

---

<sup>35</sup> FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>36</sup> Cf. Ferla, idem.

FAPESP entre 2001 e 2008<sup>37</sup>, pude também investigar questões da atualidade a partir de outras pesquisas ali desenvolvidas.

A já citada investigação no âmbito da Fundação CASA em São Paulo é um exemplo justamente da imbricação dessas duas dimensões de atuação. A partir de minhas investigações anteriores sobre o tema da menoridade no Brasil, pude desenvolver no NEV/USP, conjuntamente com os pesquisadores Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (Antropologia/USP), Fernando Salla (NEV/USP), Liana de Paula (Fundação CASA) e Mônica Braga (Fundação Casa), o projeto de pesquisa intitulado “Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do Complexo do Tatuapé”. Tal projeto, oportunizado pela completa desativação do “Complexo do Tatuapé”, onde até abril de 2006 funcionavam 17 unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, buscou recuperar aspectos da trajetória recente da instituição, tendo, como fontes, pastas e prontuários dos internos referentes ao período de 1990-2006. O projeto foi contemplado com financiamento de R\$ 13.500,00 de custeio pelo edital CNPq nº 03/2008.

Em termos ainda de investigação sobre temas da atualidade, fui responsável, no período de 2009 a 2012, juntamente com o pesquisador Fernando Salla, pelo projeto de pesquisa *Violência e Fronteiras*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, que integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT - sobre Violência, Democracia e Segurança Cidadã – CNPq/FAPESP. O objetivo do projeto de pesquisa mais amplo consistia em identificar e analisar os principais obstáculos à consolidação do Estado de Direito no Brasil, ao pleno funcionamento da democracia e à garantia dos direitos de cidadania. Em outras palavras, compreender como tem sido geradas e reproduzidas condições econômicas, sociais, políticas e institucionais que conformam um não-estado de direito e que confrontam-se com o ambiente democrático constituído no país desde os anos 1980. O projeto específico, por sua vez, buscou analisar tais questões no âmbito das fronteiras do Estado Nação brasileiro. Os eventos recentes ocorridos no Acre e em Rondônia indicam inúmeras questões que podem ser aprofundadas a partir desses dois casos. Em 1999, no Brasil, foi preso Hildebrando

---

<sup>37</sup> Os resultados alcançados nessa pesquisa junto ao NEV têm sido divulgados em comunicações e eventos, bem como em publicações em artigos científicos de conceituadas revistas acadêmicas. Também diversos bolsistas de iniciação científica e de treinamento técnico estiveram sob a minha orientação neste projeto. Destaco, entre outros produtos desta pesquisa, a elaboração de um banco de dados contendo legislação sobre Segurança Pública e Justiça Criminal no estado de São Paulo e disponibilizado para consulta na página do NEV/USP ([www.nevusp.org](http://www.nevusp.org)) e do Consórcio de Informações Sociais ([www.nadd.prp.usp.br/cis](http://www.nadd.prp.usp.br/cis)).



Pascoal, ex-coronel da Polícia Militar e então deputado federal pelo estado do Acre, acusado de tráfico internacional de drogas, de armas, de sonegação fiscal e de chefiar um grupo de extermínio responsável por dezenas de homicídios. Sobre ele pesavam ainda as suspeitas de liderar grupo criminoso que teria planejado, em 1992, a morte do então governador do Acre, Edmundo Pinto, e de estar envolvido na tentativa de assassinato de outro governador, Jorge Viana (PT – Partido dos Trabalhadores). Também haviam sido presos Sete Bandeira Pascoal e Pedro Pascoal Duarte Pinheiro Neto, irmãos de Hildebrando, acusados, juntamente com outras pessoas, pelo seqüestro, cárcere privado e esquartejamento do mecânico Agilson Firmino dos Santos, em 1996, no Acre, crime do qual teria Hildebrando participado pessoalmente. A atuação criminosa deste grupo foi amplamente analisada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Narcotráfico na Câmara dos Deputados Federal instalada em abril de 1999. Em agosto de 2006, por sua vez, a Polícia Federal desencadeou, no Estado de Rondônia, junto à fronteira com a Bolívia, a *Operação Dominó*, na qual prendeu 22 pessoas. O aspecto mais chocante dessa operação é que foram presas algumas das principais autoridades do poder público local: o desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o vice-governador, o presidente da Assembléia Legislativa, um conselheiro do Tribunal de Contas, o ex-procurador-geral de Justiça, além de vários assessores dessas autoridades. Todos foram presos sob suspeita de desvio de pelo menos R\$ 70 milhões (cerca de U\$ 35 milhões) de verbas públicas, entre junho de 2004 e junho de 2005, através de contratos com base em licitações "viciadas e fraudulentas", além de suspeitas também de venda de sentenças judiciais.<sup>38</sup>

Esses dois casos levantaram uma série de questões. Afinal, as manifestações do assim chamado crime organizado e das ilegalidades que nesses estados emergiram seriam resultados de dinâmicas políticas e sociais locais ou se articulariam com os desdobramentos atuais das economias globalizadas? As ilegalidades aí presentes seriam manifestações excepcionais ou estariam presentes igualmente em todo o território nacional, sendo necessário repensar suas dinâmicas no âmbito do Estado Nação mas igualmente em âmbito global? A dinâmica territorial desempenharia algum papel nos eventos que aí ocorreram? Tais questões acabaram convergindo para o estudo da dimensão da fronteira do Estado Nação como foco privilegiado para investigação, tanto da dinâmica contemporânea da violência como de seu combate e conseqüente afirmação

---

<sup>38</sup> Ver [http://www7.pf.gov.br/DCS/Resumo\\_OP\\_2006.htm#Dominó](http://www7.pf.gov.br/DCS/Resumo_OP_2006.htm#Dominó) e as notícias em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81059.shtml>

do Estado de Direito no país. Resultados parciais do projeto foram apresentados em diversos eventos, inclusive no encontro nacional da pós-graduação em Ciências Sociais da ANPOCS, em 2010.

Ainda sobre temas da atualidade, participei igualmente como consultor no âmbito do *Projeto Pensando o Direito* da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, da pesquisa intitulada *A vítima no processo penal brasileiro: um novo protagonismo no cenário contemporâneo*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, que se dedicou ao estudo do papel conferido à vítima no processo penal brasileiro a partir de duas experiências distintas da legislação recente, instauradas em um campo que tradicionalmente confere um tratamento que não contempla possibilidades de participação efetiva da vítima: os procedimentos restaurativos concernentes à lei 9.099/95 e os processos penais referentes à violência doméstica e familiar que tramitam pelo procedimento previsto pela lei 11.340/06. Essas duas iniciativas são consideradas inovadoras no que tange ao papel da vítima ao longo da persecução penal, pois delas advieram dispositivos vitimológicos até então inauditos no ordenamento processual penal brasileiro. A pesquisa dedicou-se ao estudo do papel conferido à vítima no processo penal brasileiro a partir dessas duas experiências distintas da legislação: (1) os procedimentos restaurativos em curso nos JECRIMs; (2) os processos penais referentes à violência doméstica e familiar que tramitam pela Lei Maria da Penha.

Na mesma direção, como também já citado, em junho de 2008, obtive aprovação de bolsa de pós-doutoramento pela CAPES para desenvolver projeto de estudo junto ao *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS)* da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, Paris, França. No plano de estudos apresentado, que integra o projeto CAPES/COFECUB “Trajetórias, circuitos e redes urbanas nacionais e transnacionais e o seu impacto sobre a arquitetura institucional democrática”, coordenado por Vera da Silva Telles (Departamento de Sociologia da USP) e Angelina Peralva (Université de Toulouse II), estudei como as transformações sociais que estão ocorrendo em escala urbana, nacional e transnacional, no mundo contemporâneo, têm modificado os limites institucionais entre o legal e o ilegal, entre o lícito e o ilícito e, conseqüentemente, as práticas e políticas igualmente no âmbito da punição. Tal plano, além de ser importante como formação num dos centros de excelência internacionais no campo das Ciências Sociais, permitiu estreitar cooperação com pesquisadores internacionais no âmbito tanto do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP quanto

da pós-graduação na mesma instituição. Especialmente para o programa de pós-graduação em Sociologia da FFLCH/USP, que possui nota máxima (7,0) pela CAPES, o que o qualifica como um programa de nível de excelência internacional, convênios com centros de pesquisa no exterior são fundamentais para a manutenção do elevado padrão de formação e produção que caracteriza o programa, de acordo com a avaliação da CAPES. Como já citado, para usufruir a bolsa de pós-doutorado, solicitei e obtive afastamento de minhas atividades da USP entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009.

A participação nesse projeto CAPES/COFECUB permitiu também uma colaboração mais próxima com a professora Vera Telles e seus orientandos de forma a prolongar o estudo das questões, tais como as novas formas de gestão dos ilegalismos em metrópoles como São Paulo. Essa cooperação, envolvendo também pesquisadores ligados ao IBCCrim, poderá se consolidar futuramente a partir da elaboração e encaminhamento de solicitação de projeto temático para a FAPESP.

Finalmente, além dos eixos anteriormente citados – presente *versus* passado, poder *versus* vulnerabilidade – um outro plano, não discutido por Tilly, pode ser igualmente traçado e desenha mais uma contraposição didática que contribui para esclarecer meu trabalho: a oposição entre **teoria** *versus* **pesquisa empírica**. Também em relação a essa contraposição, evitei uma escolha simples em termos de sim ou não, de escolha unilateral apenas de um caminho. Como já pude relatar aqui, embora no início de minha trajetória nas Ciências Sociais meus interesses fossem mais em direção às questões teóricas da área, não me furtei a desenvolver um percurso voltado para a realização de inúmeras pesquisas empíricas. Inversamente, e ao contrário de inúmeros Cientistas Sociais do presente no Brasil que desprezam a reflexão teórica como possibilidade efetiva de trabalho, nunca desconsidere a importância do esforço teórico no trabalho do sociólogo. Meu percurso consistiu mais em viabilizar um certo rodízio entre teoria e pesquisa empírica, no qual essas duas dimensões se enriquecessem mutuamente. Mesmo que de forma singela, busquei, ao longo de meu percurso intelectual, aquela vocação mais ampla que Florestan Fernandes já identificava como característica distintiva da Sociologia no Brasil, orientada simultaneamente para “pensar na pesquisa sociológica segundo complexos requisitos teóricos” e para “conceber a teoria segundo desdobramentos interligados da pesquisa empírica”<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo : T.A. Queiroz, 1980, p.XI.

## Considerações Finais

*(...) É preciso agir de outro modo, entregar-se ao trabalho e responder às exigências de cada dia – tanto no campo da vida comum, como no campo da vocação. Esse trabalho será simples e fácil, se cada qual obedecer ao demônio que tece as teias de sua vida.*

*Max Weber*

*On croyait s'éloigner et on se trouve à la verticale de soi – même.*

*Michel Foucault*

Busquei aqui construir uma narrativa coerente de minha formação pessoal, de meu perfil de atuação profissional e de meu percurso intelectual até o presente momento. Se um recuo, no sentido de recuperar aspectos de minha situação familiar e social mais ampla, foi necessário, como parte do cenário a ser construído, o relato cobriu de forma mais exaustiva principalmente os mais de trinta anos de minha atuação no âmbito das Ciências Sociais, primeiro como aluno, depois como pesquisador e professor no âmbito da Sociologia no Brasil.

Em resumo, a caracterização do ambiente em que fui criado – uma família remediada da grande São Paulo, cuja principal estratégia de ascensão social consistiu no suporte aos estudos dos filhos –, bem como o contexto do final dos anos 60 e início dos anos 70 – com a vigência do regime autoritário no país, resultado do golpe de 64 – contribuíram para situar várias de minhas disposições posteriores. O interesse pelos estudos universitários mas num curso capaz de consolidar uma visão de mundo crítica, não deixou de ser uma resposta, entre as muitas possíveis, aos desafios do ambiente no qual nasci e fui criado. O empenho posterior – visando uma rápida profissionalização nas Ciências Sociais como professor universitário, sempre com forte atuação nas múltiplas dimensões que configuram a carreira na universidade brasileira – foi um desdobramento dessas escolhas do final da adolescência mas também abriu portas para o desenvolvimento de habilidades não previstas e que, por sua vez, se desdobraram nas inúmeras atividades aqui descritas. Finalmente, o percurso intelectual, se não pode ser

simplesmente deduzido das condições individuais e sociais de formação e do perfil de atuação profissional, ainda assim se constituiu no entrecruzamento dessas dimensões.

Em termos mais gerais – e tendo em vista as inevitáveis questões acerca das filiações no campo das Ciências Sociais –, meu registro de reflexão, dados os múltiplos temas, autores e formas de pesquisa que despertaram meu interesse, foi não o do ecletismo fácil mas o do *bricoleur*, que busca criar tendo por base elementos heterogêneos – no caso em discussão, diferentes abordagens e métodos de pesquisa – mas sempre tendo em vista que é possível fazer bricolagens com convicção e rigor<sup>40</sup>. Se, por um lado, desde o início de minha formação, eu me interessei pela leitura e instrumentalização sistemática de alguns autores – sobretudo Michel Foucault, mas igualmente Max Weber, entre os clássicos, e Norbert Elias, Erving Goffman e Pierre Bourdieu, entre os muitos autores contemporâneos –, por outro lado, sempre fui avesso ao pertencimento a “igrejas” e grupelhos, tão presentes no mundo acadêmico, mas que empobrecem brutalmente o efetivo debate intelectual. Minhas afinidades com pesquisadores e grupos no campo foram menos ideológicas e abstratas e mais particularistas, no sentido de derivadas de escolhas teórico-metodológicas e mesmo políticas e pessoais situadas nos diversos contextos específicos de minha atuação profissional. Tanto essa característica esteve presente desde minha formação que, já nos primeiros anos do curso de graduação, como pude relatar aqui, encontrei excelentes mestres, mas não me empenhei em integrar nenhuma “escola” ou aderir a nenhuma filiação teórica em especial. Sempre discordei também das oposições redutoras que atravessam as discussões na área – que contrapõem pesquisa empírica *versus* teoria, ação *versus* estrutura, individualismo *versus* holismo, qualitativo *versus* quantitativo ou o que mais se invente para reduzir discussões complexas a esquematismos unilaterais.

Da mesma forma, sempre tendo defendido a autonomia necessária ao trabalho intelectual, nunca considerei que tal autonomia devesse justificar uma postura neutra em relação às questões sociais e políticas do momento. Acredito que a ideia de um “rodízio” entre o conhecimento crítico, construído com autonomia na universidade, e a necessária participação e intervenção nas questões da atualidade, apresenta-se como a ideia mais adequada para o desempenho do duplo papel de cientista e de cidadão. Nesse, como em outros aspectos, o NEV/USP, com sua excelência na pesquisa científica, mas também com sua relevância em termos de intervenção nos temas ligados à questão da

---

<sup>40</sup> Cf. BESSIN, Marc et al. De la Psychiatrie à la Société Salariale: une socio-histoire du présent. Entretien avec Robert Castel. *Mouvements*, n° 27-28, 2003, pp. 177-185.

violência e dos Direitos Humanos no Brasil, é para mim um espaço institucional exemplar em relação ao tipo de atuação pública que busquei abraçar também individualmente.

Enfim, todas essas caracterizações serviram para enfatizar o modo como me conduzi, individual e publicamente, ao longo desses anos. Se é impossível escapar do aspecto ficcional da própria construção autobiográfica, ao menos posso afirmar, sem nenhuma sombra de dúvida, que as ficções aqui descritas permitiram, em inúmeras situações, que eu tomasse determinadas decisões, que escolhesse alguns caminhos, que privilegiasse certas opções. Nesse sentido, essas ficções são parte da minha realidade e tiveram efeitos precisos na minha história e na daqueles que estiveram próximos devido às circunstâncias.

Não é possível subestimar, no entanto, o papel do acaso na configuração desse percurso. Diversos encontros casuais definiram caminhos, criaram desvios, apontaram atalhos e descaminhos que poderiam ter sido totalmente diferentes se apenas um detalhe tivesse sido alterado. Nesse sentido, tentei evitar, como afirmado de início, uma narrativa que escamoteasse o caráter errante e imprevisível de qualquer percurso de vida; mas o resultado final – até pelas exigências do gênero – não poderia escapar à ênfase em certas regularidades e continuidades. Pelo que foi visto, acredito que, na maior parte do tempo, o acaso me foi razoavelmente favorável. Em contrapartida, vi colegas, de grande talento, que não tiveram a mesma sorte.

Num olhar retrospectivo final sobre minha vida acadêmica até o momento, destacaria, para sintetizar: o engajamento intenso nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que caracterizam o cotidiano da universidade pública no Brasil; a defesa, em todo meu percurso profissional, da autonomia intelectual, num mundo cada vez mais dominado pelo “intelectual normalizado”<sup>41</sup> ou pelo militante político com discurso vazio; o uso público de minhas circunscritas competências diante dos problemas sociais e políticos do Brasil contemporâneo, na esteira do que Foucault definiu como o “intelectual específico”; a tentativa de fugir à especialização empobrecedora, tão em voga na produção atual nas Ciências Sociais no Brasil. Em contrapartida, os subprodutos indesejados dessa forma de atuação implicaram numa certa dispersão das energias, quer em termos do tripé já citado, do ensino, da pesquisa e da extensão – os três principais “demônios”, para seguir a metáfora weberiana, que tecem e desfazem as

---

<sup>41</sup> Cf. HONNETH, Axel. La idiosincrasia como medio de conocimiento: la crítica de la sociedad en la era del intelectual normalizado. In: \_\_\_\_\_. *Patologías de la Razón*. Buenos Aires : Katz, 2009.

teias de quem está na carreira da universidade pública brasileira – quer em termos da dificuldade de definir núcleos permanentes de investigação e de especialização, ao longo de todo meu percurso.

Ao finalizar a narrativa, no entanto, os fios já parecem novamente se soltar, tal como no exemplo do afásico retomado por Foucault em *As Palavras e as Coisas*<sup>42</sup>. Afinal, outras opções narrativas poderiam ter sido escolhidas, acontecimentos diversos mais bem caracterizados, aspectos da vida privada explorados em maior profundidade, determinados conflitos realçados etc. O retrato começaria já a se desmanchar, perderia definição, tornar-se-ia um novo borrão... Prefiro interromper aqui, sob a garantia dos ritos institucionais, uma vez que ao menos as exigências de elaboração de um memorial circunstanciado foram contempladas<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

<sup>43</sup> Agradeço a Manoel Luiz Gonçalves Corrêa pela revisão da redação original deste memorial, bem como pelas sugestões encaminhadas e incorporadas no texto final.